

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

SOLANGE DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM  
BONITO/MS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NOS ASSENTAMENTOS SANTA LÚCIA E GUAICURUS: UM  
ESTUDO DE CASO**

JARDIM-MS  
2016

**SOLANGE DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM  
BONITO/MS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NOS ASSENTAMENTOS SANTA LÚCIA E GUAICURUS: UM  
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

JARDIM-MS  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação  
UEMS-Jardim

SILVA, S. da

A importância da Feira do Produtor Rural em Bonito/MS para a geração de emprego e renda nos Assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus: Um estudo de caso/ Solange da Silva- Jardim [s/n], 2016

96 f.

TCC (Graduação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

1. Questão Agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul: Uma breve reflexão. 2. Caracterização da área de estudo. 3. Análise do universo investigado.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para fins acadêmicos científicos.

---

Solange da Silva

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que fazem parte da minha vida direto ou indiretamente. Em especial a minha família, que foi o meu alicerce e minha força durante essa jornada de quatro anos.

A minha mãe Marina Felix da Silva, que com muito esforço e coragem trabalhou sozinha durante muito tempo para dar o sustento e uma vida digna aos seus oito filhos, mesmo sem ter alfabetização sempre nos aconselhou e incentivou a estudar.

Aos meus queridos(as) irmãos Alcieli da Silva, Alcione da Silva, Elisângela da Silva, Lucas da Silva, Rosângela da Silva, Rovilson Torres da Silva, Vilson Junior Torres da Silva.

## AGRADECIMENTOS

Não posso aqui citar as pessoas importantes da minha vida e que fizeram parte desta etapa sem antes dizer obrigada Deus por ter me permitido chegar até aqui, sei que sem ti eu jamais conseguiria. Obrigada por não ter me deixado desanimar nas tantas vezes que quis fraquejar. Obrigada por ter me proporcionado tantas bênçãos neste período de quatro anos, obrigada por ter me concedido uma família de coração, a família UEMS/GEO, a todos os professores, secretários(as), bibliotecárias, acadêmicos, eu os levarei eternamente registrado em minha memória e guardado em meu coração. Embora seja impossível nomear todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho, pois a lista seria infundável, manifesto a eles minha gratidão.

Aos meus colegas e amigos de turma, em especial as amigas de sala Eliete, Celia, Leiliane, Maria Aparecida, Laís, Katriciely, Andréia Escobar, Paula, Rosangela Cacho Luciele, Luciane, Leide Daiane. Aos meus amigos Alexander, Alex, Jhondney, Luiz Cezar, Luís Henrique, Pedrão Ramão, Pedro Henrique, Fabiano Justino, Marciliel, Elton, obrigada.

Eu agradeço aos colegas de atividades e trabalhos que estiveram sempre juntos Luís Henrique Segóvia Dias e Eliete Fagundes Larrea.

A minha orientadora querida, Ana Maria Soares de Oliveira, mulher guerreira e dedicada ao trabalho da coordenação de Geografia e aos seus alunos, os meus sinceros agradecimentos pela sua paciência, orientação deste trabalho sei que não conseguiria chegar nesta etapa sem os seus conselhos e “puxões de orelhas”, ficará guardado em meus pensamentos que devo matar um leão por vez, para conseguir chegar no resultado.

A UEMS, por contribuir com minha formação acadêmica, especialmente pela concessão de Bolsas/PIBID da CAPES, Extensão PAE/ PROEC e Programa Vale Universidade.

Meus agradecimentos também vão para os feirantes assentados dos Assentamentos Santa Lúcia e Guaícurus e a todos vinculados à Feira do Produtor Rural de Bonito MS.

Ao secretário do AGRAER Alexandre, a coordenadora Silvana Meira Simão e ao Senhor Osvaldo Rodrigues, Secretário de Produção e Desenvolvimento Rural (SEPRODS) pela atenção. Obrigada!

Agradeço também ao Carlos mototaxista, pois ele sabe do sacrifício que tive para poder terminar este curso, pelos serviços prestados ao longo dos dois anos de pesquisa. Obrigada!

Ao Francisco José da Silva, os meus sinceros agradecimentos, obrigada por fazer parte desta caminhada junto comigo e ter me apoiado.!

Enfim agradeço a todos que fizeram este momento acontecer.

## EPÍGRAFE

“Descobrimos lá na base que a tal da reforma agrária do papel não vai sair  
Pelo pedaço de chão para colher o nosso pão, vamos ter que nos unir companheiro e  
companheira.  
Vitória vai ser ligeira se a gente se organizar, a gente faz acampamento tira pão para o  
sustento e reforma agrária é pra já.  
E vamos entrar naquela terra e não vamos sair, nosso lema é ocupar, resistir e produzir.”  
(Zé Pinto)

## **Resumo**

O presente trabalho foi elaborado a partir do objeto de estudo a Feira do Produtor Rural, e os assentamentos Santa Lúcia e Guaícurus, a ela vinculados. O objetivo principal é refletir sobre o desenvolvimento da agricultura familiar, a melhoria da geração de renda por meio da produção e comercialização de produção em ambos assentamentos. O intuito foi verificar o processo de produção dos alimentos comercializados na Feira do Produtor Rural na cidade de Bonito/MS e a importância dessa produção para cada família no âmbito social e econômico. Para isso fez-se necessário conhecer o processo histórico de cada assentamento bem como a Feira do Produtor Rural. A partir da realização dessa pesquisa foi possível identificar ainda o perfil socioeconômico dos assentados (as condições de vida e moradia, produção e mercado) bem como o apoio do poder público por meio de programas governamentais para a realização dessas atividades. A metodologia adotada está pautada em pesquisa bibliográfica que envolvem a temática em questão. A investigação direta foi desenvolvida por meio de pesquisa de campo para coleta de dados primários, documentação fotográfica, mapeamento das áreas em estudo, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar; Feira do Produtor Rural; Assentamento; Questão Agrária; Desenvolvimento rural.

## **Abstract**

This study was drawn from the object of study to Fair Rural Producer, and the settlements St. Lucia and Guaicurus bound by it. The main objective is to reflect on the development of family farming, improving income generation through the production and marketing of production in both settlements. The aim was to verify the production of the foods marketed in the Rural Producer Fair in the city of Bonito / MS and the importance of this production for each family in the social and economic context. For this it was necessary to know the historical process of each settlement and the Fair Rural Producer. From this survey it was possible to identify the socioeconomic profile of the settlers (living conditions and housing, production and marketing) and support the government through government programs to carry out these activities. The methodology is guided in literature involving the theme in question. Direct research was developed through field research for primary data collection, photographic documentation, mapping the areas under study, interviews and questionnaires.

**Keywords:** Family Agriculture; Fair Rural Producer; settlement; Agrarian Question; rural development.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01.</b> Sul do estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva mate (1870-1937) .....	21
<b>Figura 02.</b> Localização dos assentamentos (Santa Lúcia e Guaicurus) no entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena .....	42
<b>Figura 03.</b> Divisão dos lotes do Assentamento Santa Lúcia.....	46
<b>Figura 04.</b> Divisão dos lotes do Assentamento Guaicurus.....	48
<b>Figura 05.</b> Reservatório de água do Assentamento Guaicurus.....	50
<b>Figura 06.</b> Feira do Produtor Rural, localizado na cidade de Bonito/MS.....	52
<b>Figura 07.</b> Mapa da atual ocupação do Assentamento Santa Lúcia.....	57
<b>Figura 08.</b> Mapa de ocupação atual do Assentamento Guaicurus.....	59
<b>Figura 09.</b> Produtos processados na Associação “rapadura, doces, geleias e conservas de pimenta.....	63
<b>Figura 10:</b> Projeto Pé da Serra, local onde os associados se encontram para fazer reuniões, cursos profissionalizantes e produzir os produtos agro industrializados para comercialização.....	65
<b>Figura 11:</b> Assentadas fazendo curso profissionalizante sobre aproveitamento de derivados do leite, proporcionado pelo SEBRAE.....	66
<b>Figura 12:</b> Plantações de hortaliças, em alguns dos lotes no Assentamento Santa Lúcia.....	67
<b>Figura 13.</b> Produção tomate cereja e morango no lote do senhor Anilton Garcia Sanches (Lote nº 22) no Assentamento Santa Lúcia.....	68
<b>Figura 14.</b> Polpas congeladas e garrafas de leite.....	69
<b>Figura 15.</b> Unidade processadora independente da assentada Noemia.....	71
<b>Figura 16.</b> Criação de animais no Assentamento Santa Lúcia.....	72
<b>Figura 17.</b> Produção e criação de animais, Assentamento Guaicurus.....	78
<b>Figura 18.</b> Assentados e propriedade privada comercializando suas verduras.....	83
<b>Figura 19.</b> Comercialização de doces de potes, conservas e frutas do Assentamento Santa Lúcia e Guaicurus.....	84

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Informações gerais do Assentamento Santa Lúcia.....	44
<b>Quadro 2:</b> Dados de Produção e renda das famílias entrevistadas, Assentamento Santa Lúcia.....	73
<b>Quadro 3:</b> Formas de obtenção de renda das famílias assentadas, Assentamento Santa Lúcia.....	75
<b>Quadro 4:</b> Dados de Produção e renda das famílias entrevistadas, Assentamento Guaícurus.....	80
<b>Quadro 5:</b> Formas de obtenção renda das famílias assentadas, Assentamento Guaícurus.....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Grau de satisfação dos assentados entrevistados em relação a renda obtida da Feira do Produtor Rural, Assentamento Santa Lúcia.....	87
<b>Gráfico 2:</b> Grau de satisfação dos assentados entrevistados em relação a renda obtida da Feira do Produtor Rural, Assentamento Guaícurus.....	89

## **LISTA DE SIGLAS**

**AGRAER-** Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural-MS

**CAPES-** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

**CONDEMA-** Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

**CMDR-** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

**CPT-** Comissão Pastoral da Terra

**DAP-** Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**EMPAER-** Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

**FHC-** Fernando Henrique Cardoso

**GEF-** Fundo Global para o Meio Ambiente

**IBAMA -** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**INCRA-** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IDATERRA-** Instituto de Desenvolvimento Agrário Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural

**IBGE -** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MDA-** Ministério do desenvolvimento Agrário

**MST-** movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PAA-** Programa de Aquisição de Alimentos

**PNAE-** Programa Nacional de Alimento Escolar

**PRONAF -** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONAMP-** Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

**SEMA-** Secretária de Meio Ambiente

**SEBRAE-** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAR-** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SEPRODS-** Secretaria de Produção e Desenvolvimento rural

**SIM-** Selo de Inspeção Municipal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL: UMA BREVE REFLEXÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul.....	18
1.1.1 Companhia Mate Laranjeira e a desterritorialização dos Indígenas.....	20
1.2 A atualidade da questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul.....	27
1.3 Campesinato X Agricultura Familiar no Brasil.....	31
1.4 A Busca do entendimento do conceito de Território no contexto de luta pela terra.....	39
<b>CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>42</b>
2.1 Histórico de luta e de formação do Assentamento Santa Lúcia.....	43
2.1.2 Estrutura existente no Assentamento Santa Lúcia.....	45
2.2 Histórico de luta e formação do Assentamento Guaicurus.....	47
2.2.1 Estrutura existente no Assentamento Guaicurus.....	50
2.3 A Feira do Produtor Rural de Bonito-MS.....	51
2.4 SEPRODS – Secretária de Produção do desenvolvimento rural.....	53
2.5 AGRAER- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.....	54
<b>CAPITULO III - ANÁLISE DO UNIVERSO INVESTIGADO.....</b>	<b>55</b>
3.1. Uma análise da organização espacial dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus na atualidade .....	56
3.2.1 A organização coletiva no âmbito do assentamento Santa Lúcia.....	60
3.2.2 A produção e reprodução da vida no Assentamento Santa Lucia.....	63
3.2.3. Uma breve análise da produção nos lotes visitados e sua importância na geração de renda das famílias assentadas.....	73
3.3. A condições de vida e produção no Assentamento Guaicurus.....	76
3.3.1. A organização coletiva no Assentamento Guaicurus.....	76
3.4. Uma análise da produção nos lotes visitados e sua importância na geração de renda das famílias do Assentamento Guaicurus .....	78

3.5. A inserção da produção dos assentados na Feira do Produtor Rural e sua importância para garantir a geração de renda e permanência na terra.....	82
3.5.1 A importância da Feira do Produtor na geração de renda dos assentados dos Assentamentos Santa Lúcia e Guaícurus .....	85
3.5.2. O uso de financiamentos no Assentamento Santa Lúcia.....	86
3.5.3. Uma análise da satisfação do Assentamento Santa Lúcia em relação à renda obtida....	86
3.5.4 Obtenção de financiamentos no Assentamento Guaícurus.....	88
3.5.5. Uma análise da satisfação do Assentamento Guaicurus quanto à renda obtida junto a Feira do Produtor .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

Nesse estudo buscamos compreender as particularidades dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus vinculados a Feira do Produtor Rural, as experiências organizativas e produtivas no âmbito de cada assentamento.

Procuramos investigar e analisar as condições de vida e produção das famílias em ambos os assentamentos inseridos na Feira do Produtor Rural em Bonito – MS, bem como a importância da Feira no processo de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos.

Levamos em consideração na pesquisa o levantamento do histórico de ocupação do território onde se encontram os assentamentos, o processo de ocupação, bem como o contexto atual dos mesmos em termos de organização, produção e comercialização do excedente na Feira do Produtor Rural.

Consideramos de fundamental importância a discussão sobre a agricultura familiar nos assentamentos em estudo, na perspectiva de reflexão acerca do desenvolvimento rural sustentável, as condições de vida e produção das famílias assentadas nos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus, verificando se há existência de programas sociais que beneficiam os assentados, como se dá a atuação do poder público municipal junto à Feira do Produtor Rural e o apoio destinado às famílias assentadas.

Há que se considerar ainda que onde existe organização em prol do coletivo o acesso às políticas públicas sociais e produtivas tem muito mais probabilidade de ser alcançado. Da mesma forma acontece onde há falta de organização política e social, o que dificultará as interlocuções, inclusive com os diversos órgãos públicos. Quando se fala em organização fica evidente a importância deste requisito em um assentamento, pois é através da organização que se ganha espaços e as demandas serão atendidas.

Na luta pelo acesso à terra o lema do trabalhador que trabalha no campo é ter no mínimo um “pedaço de chão” onde possa viver com sua família. Todavia, quando isso se torna possível às relações sociais mudam, pois, o assentado passa a se ver na condição de proprietário e nesse novo contexto passa atuar como indivíduo dentro da sociedade.

O suporte teórico-metodológico que qualificou o debate acerca da temática posta foi buscado em autores como Bernardo Mançano Fernandes, Antônio Nivaldo Hespanhol, Eduardo Paulon Girard, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros nos quais contribuem com a questão agrária, movimentos sociais, conflitualidade e disputas territoriais, desenvolvimento rural e as disparidades entre agricultura familiar capitalista e agricultura familiar.

Do ponto de vista metodológico o trabalho se pautou em pesquisa de campo com visitas aos assentamentos objeto da investigação, bem como a Feira do Produtor Rural na cidade de Bonito/MS, onde as famílias assentadas comercializam seus produtos. Buscamos desenvolver o trabalho separando-o por etapas. Assim, no primeiro momento fizemos a observação prévia para levantar dados empíricos, tais como quantidade de feirantes, os produtos comercializados etc. No segundo momento fizemos contato e entrevistas junto a órgãos públicos como SEPRODS (secretaria de produção e desenvolvimento rural) e AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural-MS), para levantar dados e informações relacionados ao tema proposto.

No terceiro momento realizamos a visita técnica para conhecer o objeto de estudo, logo levantar dados sobre o processo histórico de cada assentamento estudado, por meio de entrevistas e aplicação de questionários. Ocasão em que fizemos uso de meios eletrônicos, tais como gravador e câmera fotográfica para efetuar o registro formal.

A pesquisa teórica e a investigação empírica subsidiaram a reflexão acerca do objeto de estudo, e, portanto, os três capítulos apresentados a seguir.

O primeiro capítulo traz um breve histórico da questão agrária no Brasil e tem como título “Questão Agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul: uma breve reflexão”.

O segundo capítulo remete-se a caracterização do objeto de estudo, com destaque para a localização e criação dos assentamentos, bem como o local onde os assentados comercializam seus produtos os órgãos públicos envolvidos. E traz como título “Caracterização da área de estudo”.

O terceiro e último capítulo apresenta a análise do objeto de estudo, com destaque para a situação atual em ambos os assentamentos, na perspectiva social e econômica, e tem como título a “Um universo investigado”.

Enfim, o propósito deste trabalho é que atenda aos requisitos propostos, trazendo para os leitores a reflexão acerca da importância da agricultura familiar no processo de produção de alimentos e geração de emprego e renda, bem como a importância da organização coletiva e da participação na “Feira do Produtor Rural”.

Com base nesses pressupostos pretende-se neste trabalho investigar e analisar as condições de vida e produção das famílias dos Assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus de Bonito – MS, a importância da agricultura familiar nos assentamentos em estudo, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, bem como apresentar a importância da “Feira do Produtor” para o desenvolvimento dos assentamentos objeto deste estudo.

## **CAPÍTULO I - QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL: UMA BREVE REFLEXÃO**

Para desenvolver o tema proposto procura-se destacar as inúmeras vertentes que vem ocorrendo no âmbito da questão agrária trazendo a reflexão para agricultura familiar, na qual está imbricado o conceito de território e seus desdobramentos enquanto espaço de produção, que se constitui por diferentes configurações sociais.

Ao pensar em questão agrária devemos ter em mente o processo que a desencadeou, bem como o seu desdobramento ao longo do tempo. Esta questão remonta o Brasil colônia, quando a Coroa Portuguesa em busca de conquistar novos territórios fazia distribuição de terras denominadas de sesmarias, por meio das quais eram beneficiados os mais próximos da coroa, com isso o rei distribuía as terras e ficava no controle. Como ressalva Silva, (1990, p. 22), “o início da colonização do território brasileiro se fez com doações de grandes extensões de terra a particulares, denominadas de sesmarias”.

Nesse contexto, a nobreza foi a mais beneficiada, enquanto a mão de obra utilizada no processo de exploração da riqueza no território era pautada na escravidão de negros trazidos da África.

Num primeiro momento a atividade girava em torno da extração e do comércio do Pau Brasil (árvore nativa). Na sequência passou-se ao monocultivo da cana de açúcar voltado para a exportação de açúcar. Posteriormente houve outros ciclos econômicos, a exemplo da mineração e do café.

Tais ciclos marcaram a história econômica do país como destaca Buescu (1988, p.3

De início temos o ciclo do pau-Brasil (1503- 1550), o ciclo do açúcar (1550-1650), tem ainda o subciclo do gado (1560 até o fim do período colônia), subciclo do fumo (1642 até o fim do período colonial), logo o ciclo da mineração (1694-1760) a extração de diamantes se deu a partir de 1729, subciclo do algodão (1780-1790), o ressurgimento do ciclo da cana de açúcar (1790-1810), por fim o ciclo do café datando (1825-1930).

Na metade do século XIX, o regime de sesmarias se extingue, somada ao fim da escravatura (1850- 1888) e a criação da Lei de Terras (Lei n. 601 de 1850), “a qual determinava que as terras devolutas seriam propriedades com a compra e venda”. (SILVA, 1980, p.27)

O processo de ocupação e formação do território brasileiro, fez com que ocorresse concentração de grandes porções de terras em mãos de uma minoria.

Nesse sentido, segundo Moreira:



A amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro tem raízes na Lei das Sesmarias, que regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária. Segundo essa lei o acesso à terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor. Dessa maneira, o acesso à terra restringe-se, de direito, a alguns poucos, dele ficando excluída a maioria da população. (1990, p.11)

No que concerne a Lei de Terras, Moreira destaca ainda que esta acabou beneficiando os grandes latifundiários, “a um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho”. (1990, p. 36). Desse modo, há que se destacar que o problema da má distribuição de terras vem desde o período colonial, onde os grandes latifundiários ficavam com a maior parte de terras.

Ainda em relação aos ciclos econômicos cabe salientar que os mesmos impulsionaram para uma mudança estrutural no meio econômico, a qual ocorreu de modo mais expressivo no campo brasileiro a partir da década de (1960), com o processo de modernização da agricultura (1960) e conseqüente industrialização, gerando assim impactos econômicos, culturais e sociais que marcaram a transformação capitalista no campo.

Neste sentido Balsan (2006, p. 125) destaca que:

A expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios.

Mediante esse processo de modernização da agricultura há o acirramento da concentração de terras e, conseqüentemente, o aumento da pobreza, o êxodo rural, a substituição das técnicas utilizadas no campo, incentivos diferenciados do governo, desigualdades sociais, instabilidade no trabalho e avanço da tecnologia no campo. (BALSAN, 2006, p. 123)

Cabe reforçar neste sentido, segundo Fernandes, (2003, p.15)

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo e está entre os dez países com maior índice de desigualdade. A reforma agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura. As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade. Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização

de terra. Reforma agrária é desapropriação. É ação do Estado e não política de mercado.

O autor enfatiza o foque na reforma agrária, e deixa claro em sua fala que o indivíduo tem o direito de adquirir sua terra com dignidade, nesse processo entra o papel do Estado criando políticas que promovam a reforma agrária. Consequentemente o tempo passou e com isso veio os problemas sociais, muitos tiveram dificuldade em ter suas terras, e passaram a ser trabalhadores sem terras devido ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e a modernização da agricultura, por meio da implantação de novas tecnologias no campo.

Como destaca Pereira (2010, p. 80), “no Brasil, o processo de modernização iniciou-se na década de 1950, com as importações de máquinas e equipamentos mais avançados para a produção agrícola” com intuito de ter uma produção ampla no país, passando a ser na década de 1960/1970 um país urbano-industrial. Segundo Silva (2002, p. 01)<sup>1</sup> a “transformação na agricultura se deu a partir da industrialização e da urbanização. Esta transformação significou a passagem do complexo rural para o complexo industrial ”.

O autor destaca em sua fala, que essa passagem se deu através do avanço tecnológico. O uso de máquinas e equipamentos acabou provocando uma transformação da realidade rural para industrial, com desdobramentos negativos para o espaço rural do ponto de vista socioeconômico, fazendo com que grandes produtores se beneficiassem com a concentração de terras e o acúmulo de capital, enquanto os menos favorecidos, os pequenos produtores ficassem com poucas terras, evidenciando a desigualdade social e provocando a expropriação camponesa e a migração forçada de grande contingente populacional do campo para a cidade.

### **1.1 A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul**

Há que se destacar que o movimento pela Reforma Agrária tem acontecido no país e também em Mato Grosso do Sul, devido as constantes pressões e a organização dos trabalhadores rurais sem terra.

Segundo Mota

O processo de modernização do campo brasileiro, mais especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, se deu através de políticas públicas que possibilitou o processo de ocupação e colonização da região

---

<sup>1</sup> O novo rural brasileiro. José Graziano da Silva. (2002) Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)> acesso dia 20/10/2016 às 13h e 44min.

Centro – Oeste do Brasil, a fim de inserir este espaço agrário, até então arcaico, nos moldes do desenvolvimento capitalista. (2009, p.02)

De acordo com Mota (2009, p.02) no “espaço agrário Sul-mato-grossense, bem como no Brasil de uma forma geral, temos historicamente um país marcado por grandes índices de desigualdades sociais e práticas contra a integridade humana”. Neste aspecto há exemplos de trabalhadores nas carvoarias, fazendas no estado. Há também a luta pela terra de trabalhadores rurais, posseiros e indígenas, revelando assim um estado marcado por vários contrastes sociais. Nota-se nas mídias que no processo da luta pela terra os detentores das terras e do poder usam a violência a fim de barrar aqueles que querem ter acesso a mesma, tentando minimizar os contrastes e as diferenças sociais.

A luta pela terra, por meio de ocupações, é a forma dos excluídos ou dos “precarosamente incluídos” readquirirem o direito a terra de trabalho, a terra da vida, a terra de expressividade ancestral, que desde a colonização ficou subjugada aos interesses de uma minoria dominante, sendo transformada em terra de exploração do trabalho alheio, concentradora, monocultura, não cumprindo com sua função social, equivalendo sempre ao valor de troca e não ao valor de uso. (MOTA, 2009, p. 16)

Desse modo entendemos que ocupação de terras é uma forma de “[...] resistência e a busca de uma melhor qualidade de vida por parte daqueles que são expropriados da terra, possa assim recriar a sua identidade enquanto camponês e indígena”. (MOTA, 2009, p. 17)

Sobre a questão agrária no Mato Grosso do Sul, Terra (2009, p.23) salienta que “grande parte da dinâmica territorial sul-mato-grossense é comandada por uma dinâmica mais geral de cunho nacional”. Que a mesma se evidencia a partir da história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, a despeito da influência das grandes questões nacionais que pautaram as ações relativas à distribuição fundiária estadual.

[...] os trabalhadores através de suas lutas, desempenharam importante papel, não se comportando como meros coadjuvantes de acordo com as expectativas das forças políticas das diferentes esferas do poder, ou seja, que as conquistas, por menores que sejam, é também resultado de uma incessante luta empreendida pela classe trabalhadora, tanto da cidade quanto do campo. (TERRA, 2009, p. 24)

É notável a expansão do conflito por terras desde a década de 1970 até os dias atuais não só no Brasil mais no Estado de Mato Grosso do Sul. Todavia, para ter uma noção da questão, no tempo e no espaço ocupado, buscaremos efetuar um breve resgate histórico sobre o processo de ocupação do território sul-mato-grossense que desencadeou a posse de terras. Terras as quais vários grupos indígenas foram forçados a abrir mão, em nome da implantação

da Cia Mate Laranjeira, a qual foi responsável pela ocupação e povoamento, desenvolvimento da economia ervateira a desterritorialização<sup>2</sup> dos povos nativos de seu *tekoha*. A partir de arrendamento de terras, por parte do governo e Thomas Laranjeira no Sul do Estado de Mato Grosso, tem como foco a exploração e exportação de erva mate.

### **1.1.1 Companhia Mate Laranjeira e a desterritorialização dos Indígenas**

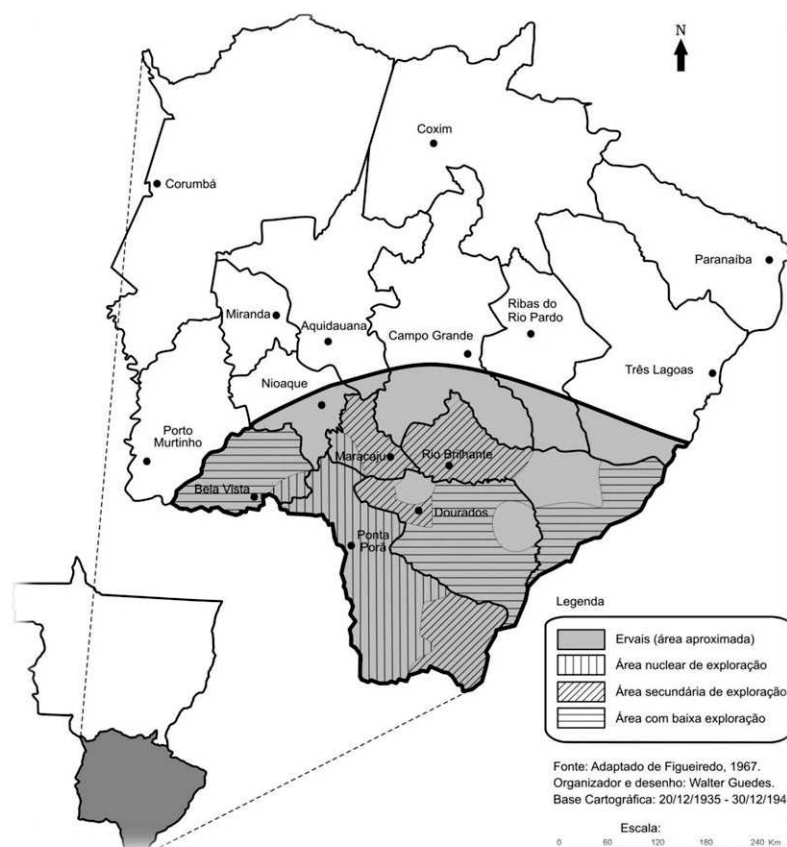
Com a exploração e o mercado consumidor, inicialmente abastecido pelo Paraguai mais tarde (no século XIX) a produção brasileira passou a abastecer outros mercados.

A efetiva exploração inicia-se a partir do momento em que o produto começa a escoar pelo Rio Paraguai através da abertura da navegação brasileira, em 1850 quando a região ganhou o acesso ao principal consumidor, a Argentina. A companhia Mate Laranjeira tornou-se a maior área de arrendamentos de terras em todo o Brasil para um grupo particular.

Segundo Silva (2011, p 06), o arrendamento de grandes propriedades particulares na zona fronteira, a qual abrangia o centro-sul (Figura 01) do então estado de Mato Grosso, “conferiu à região uma estrutura territorial assentada na grande propriedade rural”, especialmente no período compreendido entre 1870 e 1937.

---

<sup>2</sup> Termo adotado também de Moreira (2006), em sua obra: Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto.



**Figura 01:** Sul do estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva-mate (1870-1937)  
**Fonte:** SILVA, 2011

Neste sentido, cabe destacar segundo Guillen que

A Companhia Mate Laranjeira foi o primeiro grande empreendimento privado implantado nesta porção do território brasileiro, criado em dezembro de 1882, por Tomaz Laranjeira, que conseguiu o monopólio para explorar a erva-mate em terras devolutas na fronteira Brasil-Paraguai, ao sul do planalto de Amambai. A Companhia, no auge de sua hegemonia e por força das constantes renovações de contratos com o governo do estado, chegou a dominar uma área de aproximadamente dois milhões de hectares. (1999, p. 154)

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), ocorreu o auge da economia da erva mate no Sul de Mato Grosso, onde se encontrava em abundância o produto para exploração. Naquele contexto as principais atividades econômicas eram a pecuária e a exploração da erva mate, planta nativa cujos indígenas já tinham o hábito de utilizar para consumo próprio.

No contexto de exploração comercial da erva mate, as populações nativas tiveram não só seus territórios dominados comercialmente pela companhia, como sua força de trabalho explorada na extração da erva mate.

Silva (2011, p. 122) destaca que a “companhia chegou a mobilizar milhares de trabalhadores, dentre os quais a maioria era constituída por índios e paraguaios, que migravam ou eram recrutados do interior do Paraguai. ” Em questão de disciplina aqueles que não se submetiam a realizar o trabalho corretamente eram punidos.

A disciplina era imposta de forma severa, afinal, os paraguaios e índios que trabalhavam nos ervais eram tidos como homens indomáveis e agressivos. Os trabalhadores não podiam utilizar qualquer tipo de arma ou jogos. As bebidas alcoólicas só eram permitidas em dias de baile, nos quais bebiam e festejavam com suas mulheres ou com prostitutas contratadas pela Cia Matte Laranjeira. O intuito era minimizar a tensão dos trabalhadores, além de aumentar seus gastos, fazendo-os terem maior dificuldade de se livrar do poder da Cia. (SILVA, 2011, p. 123)

Assim fica evidente que os trabalhadores, trabalhavam apenas para quitar as dívidas que fazia dentro da Cia, uma vez que tivessem a ideia de fugir do local, eram banidos e punidos com chicotes, caracterizando assim a denominada escravidão por dívida.

Guillen (1999, p.150) também salienta que

O conflito entre a Matte Laranjeira e os posseiros que pretendiam a terra já se encontrava instaurado no início do século XX, e movimentava a opinião pública estadual sobre a possibilidade de anulação dos arrendamentos e conseqüentemente fragmentação dos ervais em pequenos lotes, como muitos opositores ao poder da Companhia apregoavam. A disputa pela terra na região sul teve como conseqüências políticas uma série de escaramuças e levantes armados que marcaram toda a história de Mato Grosso, chegando-se a muitos momentos a se propor a divisão do Estado.

Fica evidente na fala de Guillen (1999, p. 150) que “[...] incrementar o desenvolvimento econômico do estado através da instalação de grandes propriedades capitalistas”, naquela época se daria por meio de uma política de colonização da terra, fazendo valer apenas os direitos dos grandes proprietários.

O declínio da atividade erva mate começou a ocorrer de fato a partir da década de 1930, quando a Argentina passou a produzir sua própria erva mate e a não ter mais interesses pela aquisição da explorada no território sul-mato-grossense.

A Argentina tendo iniciado a intensificação de formações de ervais artificiais em Misiones a partir de 1903 atingiu em 1926, ano de nossa maior exportação de erva-mate, a 18 milhões de erva-mate plantadas. Acelerando o processo de plantio, que se prenunciava fecundo, o Governo Argentino determinou que pelo menos metade das terras aforadas no Território de Misiones deveriam destinar-se ao cultivo da erva-mate. Em 1935 nosso vizinho atingia a 48 milhões de erva-mate plantadas, atingindo a superprodução (ALBANEZ; JESUS, 2003, p.06 apud FIGUEIREDO, 1968, p. 127).

Albanez; Jesus, (2003, p. 06)<sup>3</sup> ressaltam que “o crescimento da produção ervateira argentina seguia constante, conseguindo mesmo superar a produção brasileira em 1937 (106.330, contra 96.544).”

Há que se destacar ainda que

Esse empreendimento de capital privado da Mate Laranjeira permaneceu inabalável até a década de 1940 quando Getúlio Vargas, então presidente da República brasileira, desenvolveu a política de interiorização do Brasil, criando, entre outras 6 metas, a Colônia Agrícola de Dourados, visando o fomento de um núcleo populacional para povoar a área de fronteira entre Brasil e Paraguai e minar a empresa Mate Laranjeira. (BRAZIL; TREVIZAN, p.05)<sup>4</sup>

Diante desse cenário outras atividades produtivas começaram a se desenvolver no território sul-mato-grossense, tais como a pecuária, a agricultura e a extração de madeira, por exemplo.

A hegemonia da Cia Matte Larangeiras permanece na região até a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943, que concomitantemente anulou os direitos de exploração da erva mate por aquela empresa. Um dos principais fatores era uma política do Governo de Getúlio Vargas chamada “Marcha para o Oeste” que pretendia expandir as fronteiras agrícolas do país com vistas no desenvolvimento econômico do Brasil. (CALARGE, 2014, p. 05)

O período de exploração da erva mate como já foi dito anteriormente, foi marcado pelo processo de arrendamento de terras no então estado de Mato Grosso. A hegemonia da companhia não se comparava com a do governo, as articulações se concentravam no poder e na demarcação do território de domínio da Companhia ervateira. O poder era tanto que só poderia entrar no espaço demarcado aqueles que tinham de alguma forma vínculo ou era autorizado pela empresa, a exemplo dos povos da etnia guarani/kaiowás e os paraguaios, mão de obra fácil e barata para os detentores do capital ervateiro.

Segundo Troquez (2006) apud Santana Junior (2012), a partir de 1880, com a criação da Companhia Mate Laranjeira nos territórios indígenas, sucessivas frentes de ocupação e expansão não indígenas surgiram na região promovendo o surgimento de núcleos de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Jocimar%20Lomba%20ALBANEZ.pdf> Acesso em: 28/10/2016

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1366742423\\_ARQUIVO\\_ESCOLANOSERVAIS-1.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1366742423_ARQUIVO_ESCOLANOSERVAIS-1.pdf) Acesso em: 28/10/2016



povoamento e pequenos trechos de vias de transportes rodoviários e ferroviários, visando o escoamento dos produtos. Isto acirrou ainda mais os conflitos entre as populações nativas e os possíveis colonizadores.

Além disso, a expansão das fronteiras de ocupação agrícola do país intensificou as disputas pelas terras agricultáveis da região e os povos indígenas foram cada vez mais expulsos de seus tekohas e forçados a viver em áreas demarcadas pelo Estado e limitadas espacialmente.

O Tekoha, ou território indígena, é compreendido aqui como o local onde se encontram as fontes de recursos e se estabelecem as relações sociais e de poder, as trocas culturais e simbólicas com o espaço ocupado e vivido<sup>5</sup>.

Desse modo, cabe salientar que nos processos de demarcações de áreas para os indígenas sempre houve desrespeito quanto as suas culturas, a posse natural da terra. Isso trouxe consequência no âmbito das reservas criadas, pois a territorialização forçada de vários povos indígenas, com culturas, línguas, e tradições diferentes, tem conduzido até os dias atuais a uma série de conflitos entre grupos étnicos e problemas para se adaptarem ao novo território., a exemplo da reserva indígena de Dourados, a qual é composta por três etnias indígenas Kaiowá, Guarani e Terena, localizada na cidade de Dourados/MS.

Os kaiowa e guarani ocupavam uma extensão territorial que tinha como divisa “ao menos toda a região entre o Rio Apa, Serra de Maracajú, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai” (CALARGE, 2014 apud CAVALCANTE, 2010, p. 8). Atualmente ocupada por fazendas e agroindústrias.

“Com a criação da Colônia agrícola de Dourados é que os problemas entre os kaiowa e guarani e os não índios no cone sul de Mato Grosso do Sul começaram a se agravar. ” (CALARGE, 2014, p. 05)

Durante o Estado Novo (1937-1945)<sup>6</sup>, no qual se constituiu o Governo de Getúlio Vargas, ocorreram importantes mudanças políticas, sociais e econômicas, as quais repercutiram no Sul de Mato Grosso. Neste contexto, segundo Carli (2005, p. 08)

---

<sup>5</sup> O território na perspectiva cultural, ou simbólico-cultural, como dimensão mais subjetiva e carregada de simbologia e de identidade com o espaço vivido. Haesbaert (2004) .

<sup>6</sup> O Estado Novo foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>> acesso dia 17/12/2016 às 16h e 37min.



Entre outras coisas, foi imposta uma nova Constituição, onde o Presidente da República tinha plenos poderes, total autoridade sobre a política interna e externa; os governadores dos Estados foram substituídos por interventores e foi instituída a censura total nos meios de comunicação, sendo criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), utilizado por Vargas para autopromover-se no sentido de seduzir a população do país na concretização de seus objetivos.

O governo de Getúlio Vargas implantou, então a política “Marcha para Oeste”, a qual tinha como objetivo expandir o interior do Brasil, as fronteiras e colonizar o território principalmente a Região Sul do Estado de Mato Grosso estimulando o processo de industrialização no campo.

Carli (2005, p. 09) ressalta que “ as medidas do Estado Novo incidiram, especialmente, sobre a área até então ocupada pela Companhia Mate Laranjeira”, tendo em vista que o estado não mais aceitou renovar os contratos com a companhia, encerrando-se em dezembro de 1930.

Posteriormente veio outras implantações como a criação do território de Ponta Porã em 1943, logo a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados,

Desse modo, pode-se dizer que a implantação da CAND

[...] adquire maior efetividade a partir de fins da década de 40, contribuiu decisivamente no sentido de atrair para a região consideráveis contingentes populacionais. A iniciativa do governo federal foi logo secundada por outras, em todo o SMT, por parte do governo estadual, de companhias particulares e até mesmo de governos municipais, e assim, ao longo das décadas de 50 e 60, multiplicam-se no SMT as colônias agrícolas – multiplicando-se, no mesmo passo, a produção agrícola (café e gêneros alimentícios ou matérias-primas como arroz, feijão, milho, algodão e amendoim) (QUEIROZ, 2004, p. 30-31 apud CARLI, 2005, p. 13)

A preocupação na época do Governo Vargas era povoar o país e naquele contexto estava a região sul de Mato Grosso com o intuito de assegurar as fronteiras e preservar a origem da produção camponesa. Desse modo, efetuou-se a distribuição gratuita de terras ocupando assim os espaços chamados “vazios”.

Um dos atrativos fundamentais, como mecanismo para atrair colonos para o projeto colonizador no sul de Mato Grosso, foi a distribuição gratuita de terras a trabalhadores rurais sem-terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um pedaço de chão como meio de trabalho e sustento da família. Entretanto, a propaganda foi intensificada através da campanha Marcha para Oeste, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos (OLIVEIRA, 1999, p. 132 apud CARLI, 2005, p. 11).

Nesse contexto, segundo Carli (2005, p.11) foram estabelecidos alguns critérios para a obtenção da terra, tais como: ser maior de 18 anos, pobre e sem propriedades rurais, ter uma certa familiaridade com a agricultura.

Posteriormente o território que estava ocupado pela Cia Mate Laranjeira passou a ser desmatada pelos imigrantes que adentrava ao local, logo interessado a estender a pecuária pelas terras. Nas décadas de 1970 e 1980 os indígenas não viam outra alternativa a não ser aceitar a transferência para as reservas.

#### Segundo Calarge

[...] a noção de desterritorialização discutida por Rogério Haesbaert (2010) e contextualizada por Thiago Cavalcante (2013), aponta a impossibilidade de uma desterritorialização completa, visto que eles são sempre acompanhados de processos de reterritorialização, no entanto uma forma de territorialização precária. (2014, p. 11)

O conceito também é adotado por Cavalcante (2013, p. 41) para explicar a territorialidade Guarani e Kaiowa contemporânea, e que tem como características: “a) instabilidade e/ou insegurança socioespacial; b) fragilidade dos laços simbólicos e/ou funcionais entre os grupos e destes com o espaço; e c) mobilidade sem direção definida ou imobilidade sem o controle efetivo do território”.

Atualmente os indígenas do Mato Grosso do Sul perderam quase todas suas terras, juntamente com suas culturas e, estão limitados a certos limites territoriais, confrontando o seu modo de vida tradicional, de viver livres de fronteiras. Agregam-se ainda, problemas de demarcação de terra, conflitos com fazendeiros e escassez de recursos naturais. As áreas a que estão submetidos estão totalmente degradadas, não havendo recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir da perspectiva histórica cultural indígena. (SANTANA JUNIOR, 2012, p.02)

Em decorrência dessa trajetória histórica de territorialização do capital e de desterritorialização das populações nativas. Na atualidade os grupos indígenas lutam não só por uma vida digna e um espaço para morar, a luta desses povos continua sendo pelo *tekoha*, o território do qual foram desterrados desde seus ancestrais.

Ainda de acordo com Santana Junior (2012, p. 02) “[...] esses fatores têm levado os indígenas a mendigarem pela cidade ou se subordinarem às relações de produção capitalistas, vendendo a mão de obra nas usinas de cana-de-açúcar, nas fazendas ou na própria cidade, afrontando aspectos peculiares ao seu modo de vida tradicional. ”

Somam-se a esta luta os diversos trabalhadores rurais e/ou urbanos sem-terra, sem moradia, sem salário, que engrossam as fileiras dos movimentos sociais de luta pela terra.

## 1.2 A atualidade da questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Faz-se importante reforçar que os conflitos existentes e latentes em Mato Grosso do Sul ainda na atualidade, decorrem da dinâmica do presente e do passado do processo de territorialização do capital, cujo modelo de produção está pautado na lógica do sistema capitalista, que acumula e concentra riqueza/capital e, contraditoriamente gera pobreza, desigualdade, violência, exclusão, e expropriação de indígenas e camponeses.

É, pois na vivência dessa contradição que a resistência de indígenas e camponeses expropriados pelo capital tem travado a luta pela terra. Consequentemente, gerando conflitos entre os diferentes sujeitos que disputam o mesmo território, ou seja, aqueles que detêm o poder no campo (latifundiários, grileiros, empresários do agronegócio) e que querem barrar o acesso dos indígenas e trabalhadores sem-terra.

Faz-se importante salientar que as mobilizações no campo não são recentes, elas remontam as décadas de 1950 e 1960. Enquanto movimento reivindicatório e que questionava a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários e a exclusão da maioria de trabalhadores e camponeses, temos o exemplo das Ligas Camponesas.

Nesse sentido, Barbalho (2010, p. 01) destaca que

No Brasil, entre os anos de 1940-1960, a efervescência política e o desenvolvimento de uma consciência de classe desencadearam processos marcantes de mobilização das massas, principalmente de trabalhadores do campo. Esse processo que mobilizou a organização de diversos segmentos da sociedade, em sindicatos, associações, foi vital para a construção dos movimentos dos mais diversos. Entre esses movimentos encontram-se as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgiram naquele contexto “com o objetivo principal de organizar as massas dos trabalhadores rurais para protestar contra os grandes proprietários de terras, os latifundiários”. Porém, segundo Barbalho (2010, p. 02) o auge deste processo se deu entre 1950 e 1960, principalmente na região Nordeste do Brasil, onde se buscava os direitos e o acesso à terra. Há que salientar ainda que o processo de articulação política e de organização desse movimento contou inicialmente com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Nosso país tem como marca histórica a luta pela reforma agrária movida por meio da luta pela terra. Neste contexto acaba criando vários movimentos sociais como exemplo e mais conhecido é o MST na qual as pessoas têm a necessidade de entrar no movimento para tentar a possibilidade de ter o acesso à terra.

De acordo com Caldart

O MST, nasceu da articulação das lutas pela terra, no final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. (2001, p.01)

Caldart (2001, p. 04) ainda destaca que “a formação dos Sem Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzida em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento socio-cultural mais amplo, mesmo eles próprios não tenham plena consciência disso. O autor destaca ainda que tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade.

Não se pode esquecer que se vivia em um período, um contexto político de crise da ditadura militar. Essa convergência de reivindicações favoreceu a criação do MST<sup>7</sup> e de outras organizações, como o Partido dos Trabalhadores (PT).

Lemos ressalva que:

No meio rural tal crise resultou na perda de influência de sindicatos ligados à estrutura corporativa estatal e na criação de novas formas organizativas, fundadas no trabalho de base, na crítica à ortodoxia comunista, na ação popular direta e num estilo de negociação com o Estado mediante pressão popular. (2009, p. 35)

O MST nasceu com três objetivos, a saber: o acesso à terra imediata, a realização de uma reforma ampla e a mudança estrutural na sociedade brasileira em direção de um novo padrão de desenvolvimento nacional e democrático. Para alcançar tais propósitos, a ocupação de terras passou a ser sua principal estratégia de luta. Uma vez ocupada a terra, o MST organiza um acampamento, e ali desenvolve formas de participação popular, cooperação e divisão do trabalho e luta por seus próprios direitos. Nada garante que a terra ocupada seja desapropriada pelo Estado, levando muitas vezes mais de uma década.

Em se tratando de distribuição de terras, o Brasil continua sendo um país onde pessoas lutam para ter um pedaço de “chão”. Todavia, desde que teve início o movimento de luta pela terra, a mídia tem disseminado a ideologia da criminalização dos movimentos sociais que lutam pela terra, polemizando no âmbito da sociedade as ocupações, a desapropriação e distribuição

---

<sup>7</sup> Podemos definir o MST como um movimento nacional popular e de massas, baseado na luta direta dos trabalhadores rurais sem terra, que tem como objetivos centrais o acesso à terra, a realização de uma reforma agrária ampla e massiva e a promoção de mudanças sociais profundas no Brasil em direção a um novo padrão de desenvolvimento, definida como nacional e democrático. (CALDART, 2001, p. 01)

de terras e, por conseguinte a reforma agrária. O que ainda está em pauta e que está frequente nas mídias são os conflitos no campo seguidos de mortes, conforme mostra os dados no caderno da Comissão Pastoral da Terra- CPT.

Com base nos dados levantados pela CPT Nacional<sup>8</sup> (2015, p. 33)

[...] o número total de ocorrências de conflitos no campo foi 1.217, contra 1.286 em 2014, e, envolveu mais de 816 mil pessoas. Os assassinatos foram 50 ante os 36 casos de 2014, portanto, aumento de 39%, embora, tenha diminuído um pouco o número de conflitos. Assim continua ampliando-se a barbárie no campo brasileiro. Entre os conflitos, dominaram aqueles por terra com 63,4%, e, entre eles as ocorrências foram 771 (793 em 2014), as ocupações e retomadas 200 (205 em 2014) e 27 os acampamentos novos (20 em 2014). Os conflitos trabalhistas chegaram a 84, sendo que 80 foram casos de trabalho escravo. Ocorreram também, 135 conflitos por água em 2015.

Ainda conforme os dados da CPT Nacional (2015, p. 38), destacaram-se com 33,2% ou 253 ocorrências, os camponeses posseiros, incluindo entre eles todas as suas categorias sociais ou diferentes denominações regionais (posseiros, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, geraizeiros, pescadores, vazanteiros e etc.). Camponeses sem terra com 28% ou 214 conflitos no campo, depois ficaram os camponeses assentados/proprietários com 14,3% ou 109. Estas são as três principais categorias sociais da classe camponesa que lutaram pelo acesso à terra e para ficar na terra no ano de 2015.<sup>9</sup> Com base nestas informações fica claro a necessidade de uma reforma agrária ampla, que garanta não só o acesso, mas também a permanência dos camponeses assentados na terra.

Dados do senso<sup>10</sup> (2015, p. 57, 58) revelam que “5.479 famílias distribuídas pelo Estado de Mato Grosso do Sul estão em conflitos por terras, a ocupação e retomada por terra, se deu em 10 municípios, onde teve 16 ocupações, num total de 2.110 famílias envolvendo indígenas e trabalhadores rurais sem terra.” O maior número de famílias envolvidas nas ações de acampamentos teve concentração na Região Centro Oeste do Brasil com 5.230, aproximadamente 70% de todo o Brasil.

---

<sup>8</sup> Disponível em [http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads) acesso dia 23/10/2016 às 20 h e 54min

<sup>9</sup> CPT Nacional (2015) disponível em: [http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads) Acesso em: 23/10/2016 as 21h e 21 min

<sup>10</sup> CPT Nacional (2015) disponível em: [http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads) Acesso em: 24/10/2016 as 15h e 45 min

A partir dos dados apresentados sobre ocupações de terras e acampamentos ocorridos no ano de 2015, remete à discussão acerca da política de reforma agrária implantada pelo governo brasileiro, a qual não satisfaz as necessidades básicas dos camponeses, que necessitam não apenas da terra e sim de subsídios para manter-se dentro dela. Há necessidade de criar programas que atendam às necessidades apresentadas, voltando às atenções para o social e o desenvolvimento de atividades organizativas no campo.

Do ponto de vista teórico, segundo Girardi (2009, p. 01), “a questão agrária, compreendida como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, passou a ser abordada na Geografia Agrária principalmente após o surgimento da Geografia Crítica”.

Ainda em se tratando da questão agrária, segundo Fernandes (2001, p. 23) esta se refere a “um movimento do conjunto de problemas relacionados ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas dos trabalhadores inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. ”

A partir da segunda metade da década de 1990 houve uma intensificação da discussão em torno da questão agrária, como ressalta Fernandes (2003, p.12)

Com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re)criavam. Assim, entende-se que essas ações são possibilidades políticas de (re)criação do campesinato. Citando as palavras de Fernandes (2003, p. 14) “para impedir esses processos para tolher essa luta popular secular, o governo FHC adotou nova tese e criou um novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado. Que a subalternidade é natural, na integração ao capital e ao mercado.

### 1.3 Campesinato X Agricultura Familiar no Brasil

Neste item nos pautaremos na busca do entendimento acerca da constituição do campesinato no Brasil entre meados do século XIX e final do século XX, considerando as transformações da agricultura no campo e a resistência a produção capitalista.

De acordo com Moreira (1999, p.136), a promulgação da Lei de Terras em 1850, o fim do tráfico negreiro e mais tarde a própria abolição, estão associadas à ascensão da oligarquia cafeeira e à acomodação de seus interesses econômicos, entre os quais o controle da mão de obra dos trabalhadores rurais. Com a nova lei, as sesmarias passaram a ser reconhecidas como propriedades privadas, e a aquisição de novas terras se tornou possível somente por meio da compra. Esse fato histórico, que é um marco no comércio de terras e do latifúndio no Brasil, impediu a dispersão da mão de obra constituída de trabalhadores livres, migrantes europeus, escravos libertos e seguramente, indígenas.

Essas categorias formadoras do campesinato brasileiro na segunda metade do século XIX, não tinham capital financeiro necessário para comprar a terra, restando-lhes somente a condição de sujeição ao trabalho nas grandes propriedades.

Segundo Moreira

Na impossibilidade de realização dessa acumulação prévia, o escravo liberto, o imigrante europeu e o próprio trabalhador livre \_ que se constituiu ainda na ordem escravista \_ vão se tornar as figuras sociais originárias do mercado de trabalho rural livre. (1999, p.139)

Uma das principais alavancas da industrialização brasileira foi o estrangulamento do mercado externo em decorrência da crise instalada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929 e a crise da atividade cafeeira.

A partir da década de 1930, o Brasil passou por transformações econômicas e sociais que foram responsáveis pela mudança do perfil socioeconômico do país. A partir de então, o eixo econômico se deslocou da agricultura exportadora para as atividades industriais.

Dentre as transformações mais significativas cabe destacar a industrialização e a substituição da mão de obra imigrante, nas regiões econômicas mais ativas, notadamente em São Paulo, pelo trabalhador nacional vindo de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. Com o processo de industrialização e urbanização a economia agroexportadora foi cedendo espaço também para a economia urbano- industrial, cujos reflexos se deram no campo e na cidade.



O desenvolvimento do capitalismo se deu também no âmbito do campo, com o emprego de novas tecnologias na agricultura, que favoreceu o fluxo migratório populacional do campo para a cidade, em decorrência da expropriação dos trabalhadores rurais, que trabalhavam e tinham seu modo de vida camponês no campo.

A família camponesa não separa a força de trabalho dos instrumentos de trabalho, o que a torna gestora desses dois componentes das forças produtivas, ao passo que as relações sociais que se constituem entre seus membros são fortemente marcadas por aspectos não econômicos.

Para Moreira (1999, p.189), “a operação das relações de trabalho passa da esfera do mercado para esfera da família, onde operam valores simbólicos de poder, de mando e de distribuição de valores de organização familiar”.

A pretensão neste subitem é portanto procurar discutir a partir de alguns clássicos o conceito de camponês, tais como Kautsk (1986 [1899]), Lenin (1985 [1899]) e Chayanov (1981 [1924] e 1974 [1925]) apud Girard (2009), os quais concebem o camponês como aquele cujo trabalho é de base familiar, que tem um modo de vida próprio e de produção voltada para o autoconsumo, não visando o mercado e o lucro nos moldes capitalistas de acumulação, que tem a capacidade de se recriar, de se flexibilizar como forma de continuar existindo dentro da lógica capitalista.

Pensadores como Abramovay (1992) apud Girard (2009), por exemplo diferenciam camponês de agricultor familiar, destacando que o camponês é representante do velho, do atrasado e do arcaico, e que para continuar existindo dentro da lógica capitalista, precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Para isso deve se profissionalizar, se modernizar e se integrar ao mercado.

Segundo Fernandes, os teóricos da agricultura familiar defendem:

Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Dito em outras palavras, Veiga, (1991, p.190) e Abramovay, (1992, p.21), apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, destacam a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. Esse tipo de



entendimento conduz a pensar que o "moderno", o "civilizado", superam inexoravelmente o que é tido como "arcaico" e portador do "atraso".

Trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como Martins (1996) e Oliveira (1981) é entendê-lo por dentro do modo capitalista de produção. Tendo em vista que a concepção de campesinato como classe social é um dos fundamentos que alicerçam essa discussão, partindo-se do princípio de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção.

Para Oliveira (1981), quando o camponês lida com o limite de sua sobrevivência e de sua família, muitas vezes tem que vender seus produtos por um preço inferior a despesa que ele teve para produzir, desse modo acaba transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo. Significa dizer que o capital está extraíndo o seu trabalho excedente e sujeitando a renda da terra ao capital.

#### Segundo Martins

[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (1996:19-20)

#### Já para Fernandes

É no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos (1996, p. 25).

Assim, para Fernandes (1996, p. 25) "a (re) criação do campesinato se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária", quando as famílias camponesas organizadas ocupam o território do latifúndio num processo de reterritorialização.

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade escravista, feudal, capitalista e socialista.

De acordo com Fernandes (2000, p.279), "no capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. "

Neste sentido é possível compreender que o campesinato não só continua existindo, mas também se recriando, ou se reproduzindo no interior do capitalismo. Esse processo de

reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. Assim, a especificidade da produção camponesa, é que faz com que esta se constitua como parte do sistema capitalismo, sendo por ele reproduzida (BOMBARDI, 2003)<sup>11</sup>.

Na perspectiva de defesa da categoria "agricultura familiar", Hespanhol destaca que:

A utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser apreendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. (2000, p. 2)

O autor faz uma crítica sobre as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem as unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, ressaltando que perderam seu poder explicativo, favorecendo assim a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar.

Faz-se importante dizer que é justamente a especificidade do trabalho camponês de base familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Assim, esta reprodução do campesinato no capitalismo, evidencia a sua permanente relação com o mercado, pois a produção camponesa não se dá de forma isolada, mesmo não sendo nos moldes capitalistas de extração da mais-valia e da acumulação.

A camponesa de base familiar no Brasil é de fundamental importância, pois é através dela que a maior parte dos alimentos, tais como verduras, legumes, frutas se encontram cotidianamente na mesa dos brasileiros.

Dados do Censo agropecuário levantados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 2006/2007 e divulgado pelo governo federal em 2009<sup>12</sup>, apontam os percentuais comparativos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, revelando a

---

<sup>11</sup> Disponível em:

[http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp\\_14\\_Bombardi.htm](http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi.htm) acesso dia 30/10/2016

<sup>12</sup> Cf. Site Oficial do IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm) (**Publicação Completa em formato pdf**) Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750> acesso dia 30/10/2016

concentração de terras, a produção de alimentos e a geração de emprego e renda entre ambos os modos de produção no campo.

O Censo destaca a relação entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e o tamanho do território que eles ocupam 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de base familiar, porém ocupam apenas 24,3% do no campo brasileiro. Os outros 15,6% dos estabelecimentos são representados pelo agronegócio, que ocupa 75,7% das áreas agricultáveis.

Neste caso, significa dizer que a concentração de terra no Brasil é evidente, tendo em vista que cerca de 15% dos proprietários de terras concentram mais de 75% da área produtiva do país.

No que se refere a geração de empregos no campo, cabe destacar que a agricultura camponesa mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural, enquanto o agronegócio mantém 4,2 milhões de pessoas ocupadas, o equivalente a 25,3% dos empregos no campo. Significa dizer que de cada dez (10) empregos gerados no campo, sete (7) são gerados pela agricultura camponesa.

Soma-se a isto o fato de que a agricultura camponesa é a principal produtora de alimentos básicos, que garante a segurança alimentar do país, sendo responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves produzidas, enquanto a soja, por exemplo, que hoje representa um dos grandes monocultivos voltados para a exportação tem a menor participação com 16% da produção (MPA, 2010)<sup>13</sup>.

Considerando os dados oficiais apresentados, não há porque contestar a importância da pequena produção camponesa de base familiar para a produção de alimentos e manutenção das famílias ocupadas no campo, mesmo que grande parte dos camponeses e suas famílias trabalhem e produzam sem as condições adequadas, tais como infraestrutura, assistência técnica, equipamentos, dentre outros.

O espaço geográfico produzido pela inserção da agricultura de base familiar no modelo produtivo atual demanda um novo tipo de estudo sobre a Geografia dos assentamentos rurais, que passe a identificar o resultado e as consequências da produção nesses lugares, considerando que o acesso à terra indica a reterritorialização, e a possibilidade de recriação do campesinato, a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural.

---

<sup>13</sup> **Movimento dos Pequenos Agricultores.** Disponível em: <https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuário-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais/> acesso dia 30/10/2016

Devemos considerar na perspectiva de que o lugar incorpora o novo, e os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas nesse espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades. Para tanto, há a necessidade de políticas públicas, políticas de incentivo aos trabalhadores assentados.

Nesse sentido, como ressalta Hespanhol

Apesar de não haver algumas alternativas e alguns produtores podem conquistar espaço no mercado, e por meio dele, obterem renda para viver dignamente, o fato é que a grande parte precisa ser atendida por políticas públicas de cunho distributivo. (2008, p.87)

O autor evidencia que alguns produtores não conseguem conquistar seu espaço no mercado. Enfatiza que as políticas públicas não são suficientes e não atendem à demanda dos mesmos, sejam estes assentados ou camponeses tradicionais. De fato, isso ocorre, pois há falta de subsídios por parte do governo. Consequentemente, os pequenos, descapitalizados e sem suporte necessário não conseguem se inserir no mercado, destinando sua produção basicamente para o autoconsumo, o que acaba comprometendo de alguma forma a geração de renda.

Há que se ressaltar que a pretensão neste trabalho não é defender a produção para o mercado e que visa o lucro e acumulação de capital, na perspectiva teórica da agricultura familiar defendida por Abramovay, por exemplo e disseminada pelas políticas públicas do Estado, via projetos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mas sim a garantia de condições dignas de produção de alimentos, de geração de renda e de reprodução da vida dos assentados e de suas famílias.

No ano de 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) instituiu o programa PRONAF, voltado para o atendimento de agricultores familiares com áreas não superior a quatro módulos fiscais<sup>14</sup> e que possuíssem até dois trabalhadores contratados.

Lima (2010, p. 6) destaca que:

[...] no tocante ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, possui vários grupos destinados a agricultores

---

<sup>14</sup> Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Disponível em <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> acesso dia 13/12/2016 às 15h e 20min

em diferentes estágios de desenvolvimento; dentre eles, os grupos A e A/C, os quais são destinados especificamente a agricultores oriundos de áreas agrícolas reformadas. Significa dizer que os que recorrem ao crédito destinado ao grupo A/C já receberam os investimentos do grupo A e, agora, precisam de novos recursos para dar continuidade à produção.

Desde então os trabalhadores rurais assentados da reforma agrária ou tradicionais de base familiar passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial, com taxas de juros menores do que as vigentes para a agricultura capitalista, que visa à acumulação da capital.

Significa dizer que no Brasil há políticas públicas voltadas para o campo, criadas e divulgadas para beneficiar comunidades tradicionais (extrativistas, quilombolas, pescadores, etc) camponeses tradicionais e assentados, mas que na prática há políticas que beneficiam majoritariamente os médios e grandes produtores rurais que desenvolvem a agropecuária de caráter empresarial.

Como destaca Hespanhol:

O ministério da agricultura conduz a política de apoio à agricultura empresarial, representada essencialmente pela oferta de crédito oficial para os médios e grandes produtores rurais e taxas de juros inferiores às vigentes no mercado financeiro. (2007, p.277)

Do ponto de vista do que oficialmente se convencionou chamar de agricultura familiar, há pela via do PRONAF o denominado Plano Safra. A título de exemplo, o Plano Safra 2015/2016 destinou R\$ 28,9 bilhões para a produção agrícola familiar, com taxas de juros de 2% a 5,5% ao ano para o agricultor familiar. Já o Plano Safra 2016/2017 prevê recursos da ordem de R\$ 30 bilhões para o crédito rural à agricultura familiar, com taxa de juros de 2,5% ao ano. (PRONAF, 2016)<sup>15</sup>

Já para a produção agropecuária de cunho empresarial, há o Plano Agricultura e Pecuária gerenciado via Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, sendo que neste último, disponibilizado em 1º de julho de 2016 e que se estende até 30 de junho de 2017, o governo federal destinou R\$ 185 bilhões de crédito aos produtores rurais brasileiros, para investirem em custeio e comercialização. (MAPA, 2016)<sup>16</sup>

As operações de custeio e comercialização com juros controlados contarão com R\$ 115,6 bilhões. Os juros foram ajustados sem comprometer a capacidade de pagamento do produtor, com taxas que variam de 9,5% a 12,75% ao ano. Já os juros para agricultores

---

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/plano\\_safra](http://www.mda.gov.br/sitemda/plano_safra) acesso dia 30/10/2016

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pap> aceso dia 30/10/2016

enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) são de 8,5%. (MAPA, 2016)<sup>17</sup>

O fato é que quem consegue o incentivo e tem certa facilidade na obtenção de créditos nas instituições financeiras, acaba tendo melhores condições de produção, sobretudo o agricultor capitalista, pois têm meios que o favorecem e isso acaba diferenciando o grande do pequeno produtor, especialmente em termos de aquisição de equipamentos, tecnologias e máquinas avançadas. Em consequência disso a produção capitalista é favorecida e destinada especificamente para exportação, enquanto a produção familiar é destinada para consumo próprio (autoconsumo) e o excedente para mercados locais. Sem, contudo, desconsiderar a lógica da produção-não capitalista daqueles que produzem em sua pequena parcela de terras.

Analisando esta questão especificamente do ponto de vista do pequeno produtor familiar assentado, consideramos que as dificuldades produtivas, tais como baixa produtividade e altos custos, falta de infraestrutura nos assentamentos, dificuldade de acesso a crédito, entre outros fatores, acabam vendendo seus lotes para terceiros.

Segundo Hespanhol (2008, p. 86) “a agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais precisa ser revista. É preciso pensar algo que vá além do mercado.” A simples oferta de crédito à baixas taxas de juros não é suficiente, pois se faz necessária a disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural, políticas públicas de qualidade e a criação de canais preferenciais para a comercialização de produtos gerados por tais agricultores, a exemplo das cooperativas e/ou feiras da agricultura familiar.

Nesta perspectiva alguns autores já defendem o desenvolvimento da agricultura sustentável como alternativa de geração de emprego e renda no campo, com respeito ao meio ambiente e buscando promover o desenvolvimento rural.

Assim, quando se fala em agricultura sustentável automaticamente pensamos uma agricultura voltada para a possibilidade de conservação, algo que já está sendo produzido ao longo da história, porém agora com a perspectiva da base técnica e conseqüentemente da produção diversificada.

Nesse sentido cabe salientar que:

A agricultura sustentável é parte integrante do desenvolvimento rural sustentável e pode ser definida como um processo de mudança nos sistemas rurais de produção, afetando-os de forma multidimensional. Envolve diversas áreas das atividades rurais como: Crescimento econômico, melhorando de

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pap> aceso dia 30/10/2016

condições sociais, conservação de valores naturais e valores culturais (PUGLIESE, 2001, S/P).

A complexidade no âmbito rural das questões econômicas, sociais, saúde e educação, sobretudo no âmbito da produção familiar voltada para o autoconsumo e venda de excedentes tem motivado inúmeras pesquisas.

Assim, entendemos que discutir propostas voltadas para a implementação de um processo de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo em se tratando da produção camponesa, perpassa pela agroecologia, que se caracteriza como uma proposta de fundamentação teórica desse processo de desenvolvimento, focado nos sistemas naturais e sociais.

Vários assentamentos de reforma agrária no Brasil têm adotado a prática da agroecologia, geralmente com orientação de pesquisadores que desenvolvem trabalhos sobre este assunto, ou de algum órgão público ou entidade. A Geografia tem produzido alguns trabalhos sobre essa temática e, inclusive acompanhado ações no âmbito de assentamentos, a exemplo de alguns pesquisadores da Rede Ceget de Pesquisa e Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da Unesp, de Presidente Prudente/SP<sup>18</sup>.

#### **1.4 A Busca do entendimento do conceito de Território no contexto de luta pela terra**

Cabe salientar que a pesquisa foi pautada na investigação da geração de renda em ambos os assentamentos, tendo como foco a produção e a participação dos assentados na Feira do Produtor Rural em Bonito - MS, com a comercialização de seus produtos *in natura* ou processados.

Procuramos neste trabalho também entender o processo de luta e de conquista da terra, bem como as formas de resistência para permanecer nela, na perspectiva do território. Para isto procuramos apresentar o conceito de território para melhor entendimento no contexto da questão agrária.

---

<sup>18</sup> Cf. O Blog do “PROJETO: PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA”. Projeto de extensão desenvolvido pelo CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), que visa acompanhar e registrar as atividades agroecológicas no Pontal do Paranapanema, sendo que, por meio desse Projeto pretendemos investigar como os agricultores/camponeses mantêm-se na luta pela *terra de trabalho* a partir do conhecimento e manejo de práticas agroecológicas. Disponível em: <http://agroecologianopontal.blogspot.com.br/p/parcerias.html> acesso dia 30/10/2016



Saquet; Sposito (2008, p.26), “consideram o território como conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica social.” Os autores ressaltam ainda que o desenvolvimento é marcado pela especialização produtiva local e, ao mesmo tempo, pela agregação territorial, por mudanças e inovações por permanência sociais e territoriais.

Em outra vertente “o conceito de território pode significar espaços sociais em suas diversas dimensões: cultural, política, econômica, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade” (FERNANDES, 2008, p. 214). Entende-se, desse modo, que o território pode ser destruído e reconstruído por meio das relações de poder que envolvem os distintos sujeitos sociais.

Ainda conforme Fernandes (2008), quando se adquire um determinado espaço logo se constrói um novo território, em consequência deste, passam a transformar espaços em territórios fixos. Desse modo, podemos considerar que esses espaços de alguma maneira sofrem uma concreticidade, onde se torna necessário mapeá-los para contribuir com a ciência geográfica. Assim, fica evidente na fala de Fernandes que:

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. (2005, p. 30)

Dessa forma, cabe dizer que o território seria uma construção coletiva, que carrega consigo múltiplas territorialidades a partir das ações dos diferentes grupos sociais de poder, desde as ações de quem se integra e de quem está fora. Que é produzido a partir de um espaço e uma série de fatores que o influenciam entre o indivíduo que determina e o espaço determinado junto com suas imbricações que fazem com que o território se torne concreto.

Ao pensarmos na questão da luta pela terra e dos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, logo nos remetemos ao entendimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização. A luta pela terra significa a luta pelo território, uma luta que visa a reterritorialização de indivíduos que em determinado momento, devido a circunstâncias diversas, foram expropriados de seus antigos territórios. Nesse sentido, ao pensarmos o território, pensamos no espaço de forma política, social e cultural.

Para Raffestin:

O espaço e o território são diferentes, o espaço é anterior ao território, o território se forma a partir do espaço, dessa forma, ao “se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (2011, p.128).



Para Raffestin, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido pelas sociedades e esse processo territorial se dá por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, que por se tratarem de relações com a natureza e relações sociais se constituem relações de poder. Dessa forma, torna-se claro que um território representa para o indivíduo que nele habita o seu espaço de vida, onde as relações se estabelecem em diferentes escalas.

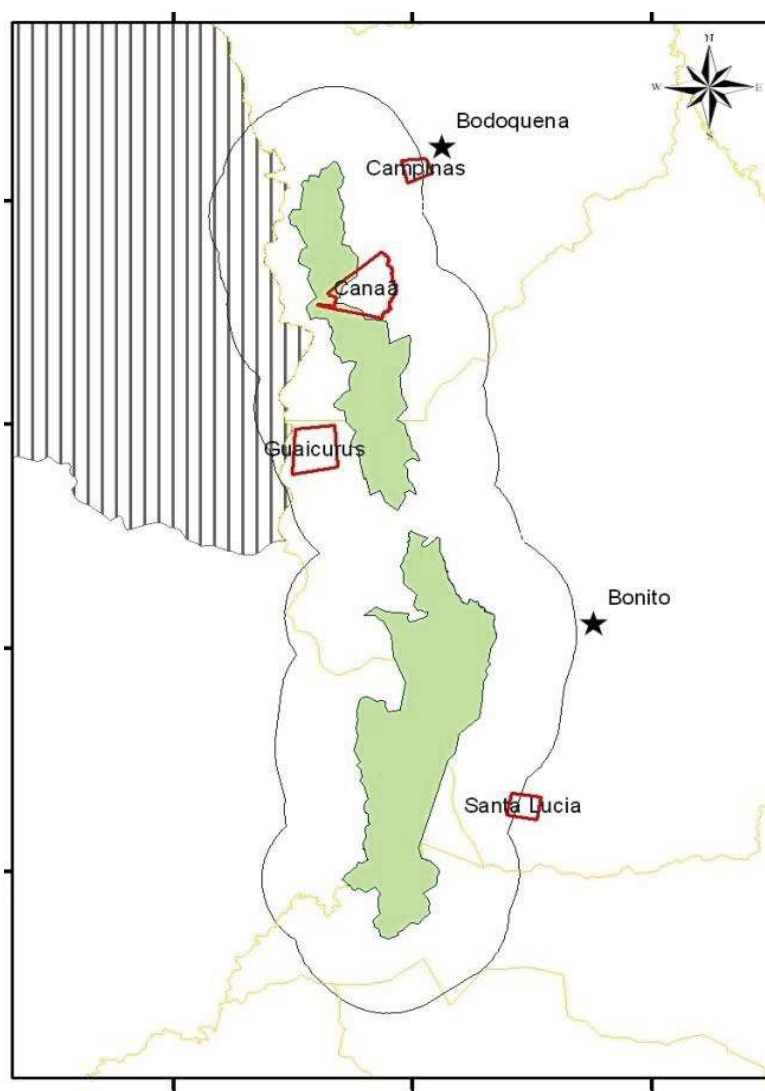
Ainda segundo Raffestin (2011, p. 129), “trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.”

Segundo Fernandes (2000, p.27) ao analisarmos o histórico da luta pela terra e consequente formação do MST, percebemos claramente que sua “formação se deu impulsionada por processos de desterritorializações e pela constante busca de reterritorializações”.

Mediante o exposto, partimos do pressuposto de que a conquista da terra para os camponeses assentados representa a construção de um novo território, de um espaço de reterritorialização desses indivíduos e de suas famílias. É nesse sentido que o presente trabalho busca compreender as condições de vida das famílias dos assentamentos de reforma agrária, Santa Lúcia e Guaicurus, e retratar como tem se dado o processo de recriação de seus modos e espaços de vida.

## CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo buscaremos contextualizar o processo de formação dos assentamentos estudados, bem como a Feira do Produtor Rural, a qual tem um papel importante no processo de desenvolvimento dos assentamentos do município de Bonito – MS.



**Figura 02:** Localização dos assentamentos (Santa Lúcia e Guaicurus) no entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena<sup>19</sup>.

**Fonte:** RIZZO, 2008.

---

<sup>19</sup> A figura representa a demarcação e a localização dos assentamentos a serem estudados. Apesar da mesma está representando três assentamentos, cabe salientar que daremos ênfase em dois, tais como o Santa Lúcia e o Guaicurus. Tal escolha se justifica no fato de ambos os assentamentos estarem vinculados a Feira do Produtor Rural na Cidade de Bonito-MS.

A criação dos assentamentos suscita uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins (2000, p. 46) os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” caracterizando-se como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”.

Analisado na perspectiva do território, o assentamento rural, em qualquer circunstância, encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia. (TERRA, 2009, p. 49)

Sendo assim pode se considerar como assentamento um lugar onde diferentes biografias se encontram e se iniciam novos processos de interação e identidade sociais. Ou seja, o acesso à terra, lugar geograficamente localizado, que une o espaço do trabalho e da residência e, portanto, de reprodução da vida, transforma os sem-terra em pessoas com terra. Nos assentamentos rurais, os ex-sem-terra se transformam em pequenos produtores rurais, cuja possibilidade de reprodução social é o controle sobre a terra. Parafraseando as palavras de Terra (2009, p.49) os assentamentos, portanto, são territórios que possibilitam a produção de alimento e garantia da segurança alimentar, garantia de emprego, trabalho e renda.

## **2.1 Histórico de luta e de formação do Assentamento Santa Lúcia**

No ano de 1997, aproximadamente 50 famílias estavam acampadas no km zero da rodovia Bonito/ Bodoquena, estando a mais de 1 ano acampados, estavam aguardando a terra para serem assentados, foi quando o INCRA acenou com a possibilidade de desapropriar a Fazenda Esperança, com área titulada de 4.800 hectares e com um possível excesso de 800 hectares, viram então a possibilidade de assentar em torno de 100 famílias na referida fazenda só que nem os sem-terra nem o INCRA tinham real conhecimento das características ambientais da área.

Conforme dados obtidos do Idaterra<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS.

Após o anúncio da possibilidade de desapropriação da Fazenda, houve um grande movimento de repúdio da comunidade contra tal ato, visto que a fazenda localizava-se próximo a foz do Rio Formoso como Rio Miranda, sendo esta a principal entrada de peixes para a desova na época da piracema e pela Fazenda ter uma extensão de 15 km de Rio Formoso, além de ser um grande refúgio de fauna Silvestre, ainda considerando que as áreas de terra boas são as ribeirinhas e que mais ou menos 70% de área possui solo caracterizado como Plintos solos, impróprio para a agricultura. (2001, p. 05)

O CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente), se reuniu, analisou as denúncias e reuniu uma equipe técnica composta pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), SEMA (Secretária de Meio Ambiente), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), CMDR (O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural), antiga EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) e hoje IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural), para verificar o que fora apontado pela comunidade em relação a fazenda. Segundo consta foi constatado a veracidade dos fatos apontados. Com isto o INCRA acabou voltando atrás na decisão. Recuou no processo de desapropriação da tal fazenda até que surgiu a Fazenda Santa Lúcia e depois de ampla negociação com o proprietário, prefeitura, INCRA e Banco do Brasil a Fazenda foi adquirida.

Conforme o Idaterra, (2001, p. 06) “a área era boa, pois possuía terra hortada, boa fertilidade do solo, boa localização, proximidade de energia elétrica, infraestrutura básica como sede, galpões, armazéns”.

<b>Denominação</b>	<b>Fazenda Santa Lúcia- P.A. Santa Lúcia</b>
Data de emissão da posse:	09/12/1998
Data de criação do P.A:	11/12/1998
Data de criação da associação dos produtores do P.A. Santa Lúcia:	25/10/1999
Área total:	1026,7440 há
Área da reserva Legal:	205,8859 há
Área de reserva Permanente	216,5191 há
Área de Agrovila	6,3894 há
Estrada Municipal	17,3853 há
Áreas dos Lotes	574,404 há
Número de Famílias	36 famílias efetivamente assentadas

**Quadro 01:** Informações gerais do Assentamento Santa Lúcia

**Fonte:** IDATERRA (2001, p. 07)

Assim, como a fazenda reunia as condições necessárias para formar o assentamento Santa Lúcia, em 1998, o Governo Federal, através do INCRA, “desapropriou 1.026,74 ha de terras da Fazenda Santa Lúcia, no município de Bonito, dando início ao projeto de assentamento com 36 famílias assentadas, somando aproximadamente 100 pessoas” (IDATERRA, 2001).

Suas divisas estão próximas ao lado leste da porção sul do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no sentido Porto Murtinho pela MS-178. O Assentamento Santa Lúcia está distante 35 km da cidade de Bonito.

O solo da região onde o Assentamento Santa Lúcia se encontra é apto para a prática agrícola, desde que corrigida sua acidez. Atualmente, os assentados utilizam o sistema de cultivo conhecido por convencional, com técnicas de aração, gradagem pesada, gradagem niveladora e plantio, com o uso de trator ou tração animal. Nesse assentamento, a pecuária também é praticada, especialmente a pecuária de leite, já que existiam pastagens formadas. Praticam também a suinocultura e a criação de galinha caipira. (LACERDA, 2005 apud RIZZO, 2008).

De acordo com o representante de Projeto de Assentamento Senhor Anestaldo<sup>21</sup>, a forma de aquisição das terras do Assentamento Santa Lúcia, se deu através da desapropriação, no entanto cada assentado contemplado recebe o título da posse da terra, o assentado tem um prazo de carência de até três anos para começar a pagar a primeira prestação de um total de dezessete prestações. O assentado só tem direito sobre a terra, depois de quitar as prestações, em um período de dez anos.

É proibido vender ou arrendar o lote, aqueles que estão em processo de quitação do título, somente após dez (10) anos e as parcelas já estiverem quitadas o assentado pode vender ou arrendar, desde que esteja com a documentação da propriedade regular.

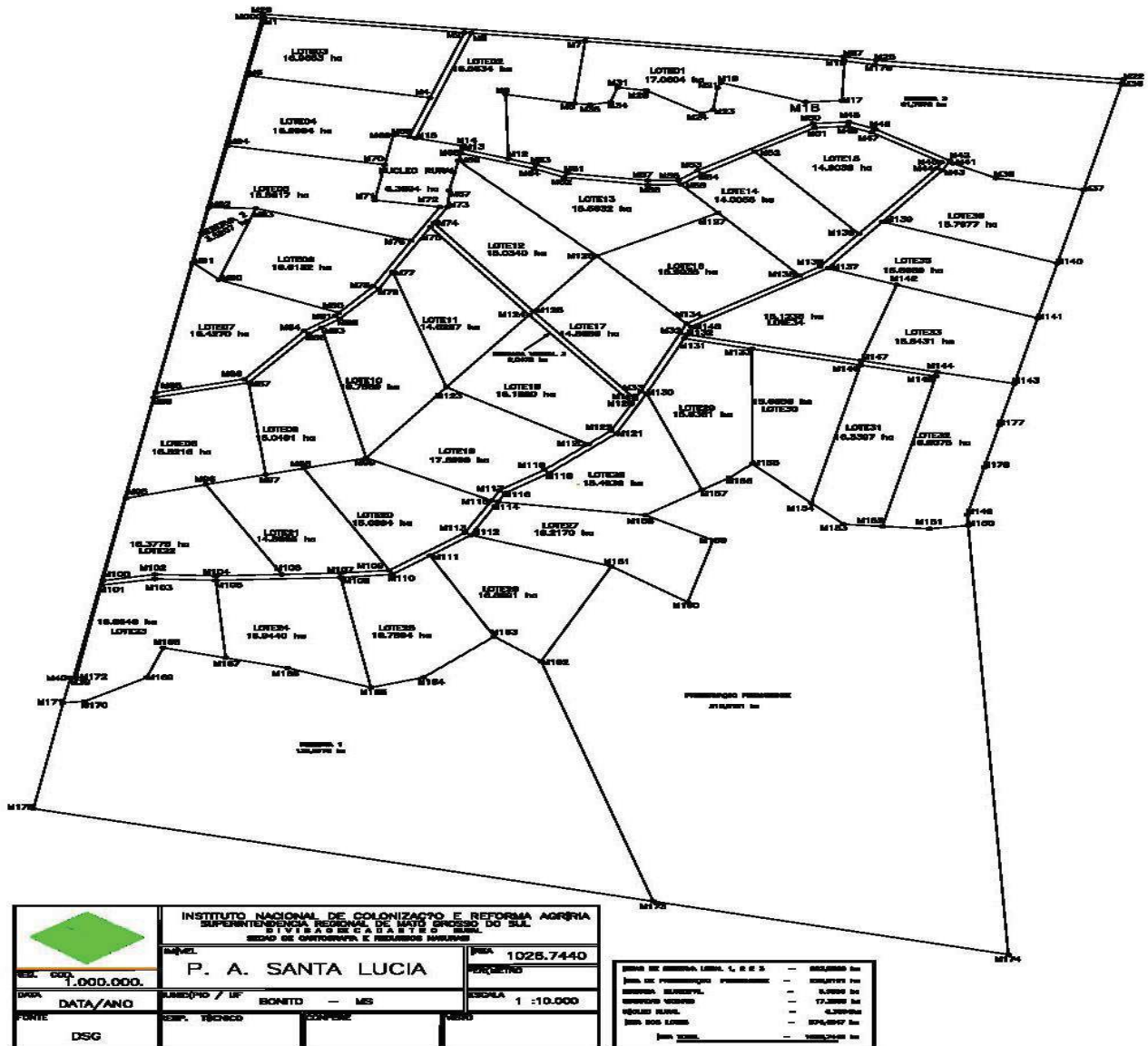
### **2.1.2 Estrutura existente no Assentamento Santa Lúcia**

De acordo com Idaterra (2001), o assentamento Santa Lúcia possui lotes individuais contendo luz elétrica e distribuição de água por meio de poços artesianos e encanações.

---

<sup>21</sup> Informação verbal (Representante do INCRA/Jardim-MS, entrevistado dia 18/10/2016)

O Assentamento Santa Lúcia está estruturado em 36 lotes (Figura 03). Na sede da fazenda a qual se encontra fechada, anteriormente funcionava a escola para crianças com alfabetização inicial.



**Figura 03:** Divisão dos lotes do Assentamento Santa Lúcia  
**Fonte:** Escritório de georreferenciamento Brito Engenharia, 2015.

O assentamento Santa Lucia possui ainda uma igreja católica, uma mercearia, e um posto de atendimento médico, onde um clinico geral comparece uma vez ao mês para atender a comunidade.

## 2.2 Histórico de luta e formação do Assentamento Guaicurus

O Assentamento Guaicurus<sup>22</sup>, foi criado a partir do processo de luta pela terra de famílias de trabalhadores boias-frias, acampados e itinerantes.

De acordo com o relato de um dos assentados<sup>23</sup>

[...] o assentamento Guaicurus é um assentamento diferenciado recebeu pessoas de várias localidades, de acampamento, assentamento que não deram certo e que foi remanejado, veio um grupo de pessoas de Naviraí, onde tiveram de deslocar, pois estavam acampados na divisa do Estado, devido a inundação da barragem do Rio Paraná ficamos sem onde morar, se deu no ano de 1980 onde o INCRA nos remanejou. Chegando no assentamento em 18 de Abril de 1986.

Deste modo a justificativa seria, que o referido assentamento recebeu pessoas de várias localidades do Estado de Mato Grosso do Sul, nesta perspectiva evidencia que não houve apenas um grupo fechado lutando para ter acesso à terra e sim vários, podemos perceber este fato com base no relato de outro assentado entrevistado<sup>24</sup>. O mesmo ressaltou:

Ha trinta 30 anos atrás as poucas famílias sendo trinta e cinco souberam que ia ser loteado terras, resolveram acampar nas terras a beira da estrada, só que existia um suposto dono grileiro o Senhor Faustino, onde o mesmo cobrava uma taxa das famílias de todo o plantio sendo de 10%, cobrando assim uns três anos. Quando os assentados descobriram que tudo passava de um aproveitamento por parte do suposto dono, houve a revolta onde os assentados pegaram seu Faustino e amarraram e entregaram as autoridades época do governador Pedrossiam. Passou-se um tempo e apareceu outro dono chamado Milton, logo fez uma proposta aos assentados, pagar uma indenização para que deixassem as terras. Orientados pelo INCRA, os assentados sem-terra pegaram a indenização e retornaram para a cidade. Nove meses depois retornaram às terras da fazenda para aguardar o sorteio dos lotes. As famílias acabam ganhando as terras cedidas pelo INCRA. Após dois anos de fixação de moradia as famílias já produziam seu próprio sustento e para atender as outras famílias que vinham em busca de um lote.

O Assentamento Guaicurus foi criado oficialmente no ano de 1986, numa área de 2.722 hectares. À época de sua criação comportava cento e vinte (120) lotes distribuídos (Figura 04),

---

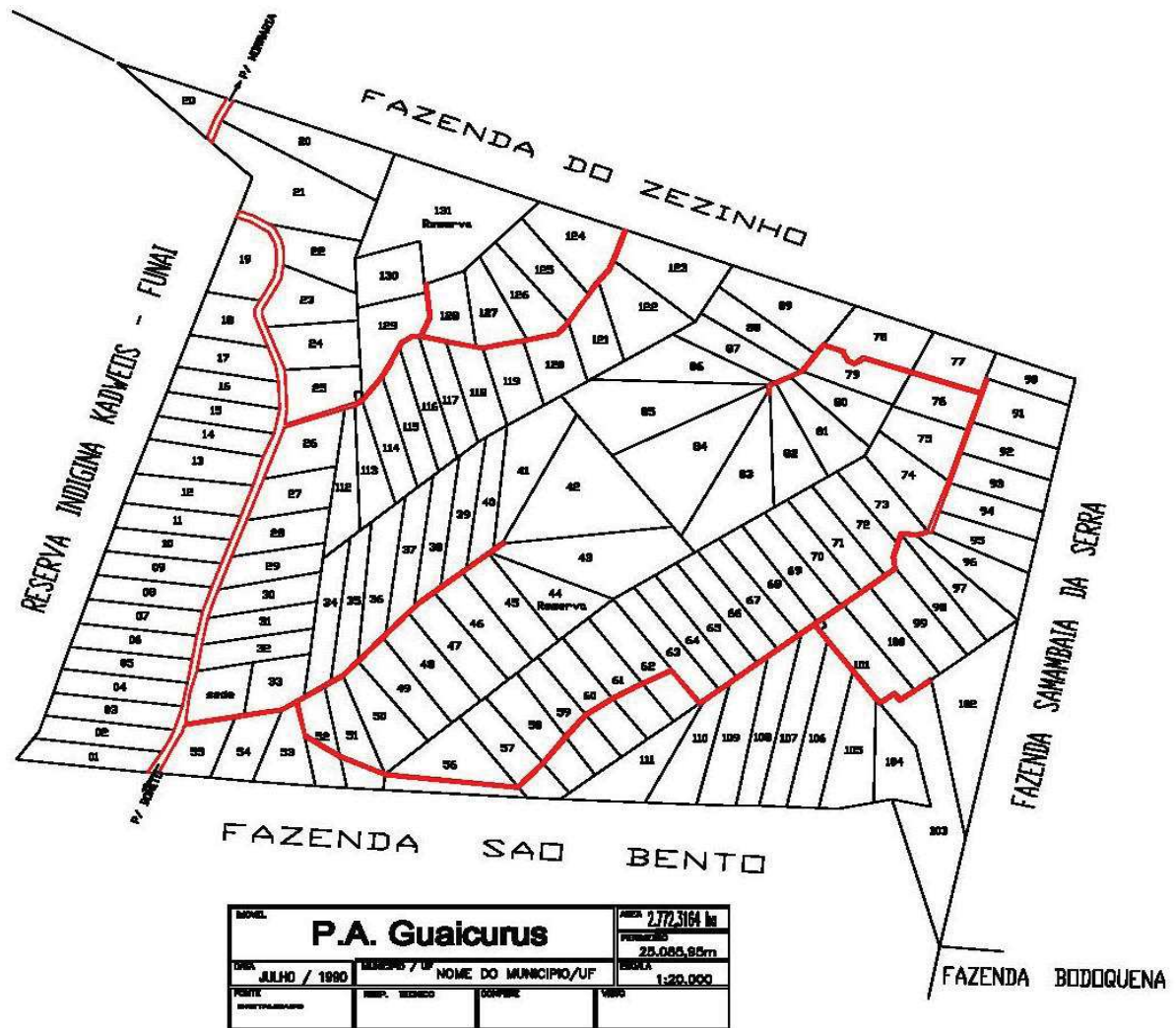
<sup>22</sup> A informação aqui relatada é embasada no P.A - Projeto de Assentamento Guaicurus, criado em 08/01/1986, pelo INCRA e disponibilizada para consulta durante trabalho de campo realizado no dia 10/08/2016

<sup>23</sup> Relato do assentado Senhor José Antônio, um dos primeiros a chegar no assentamento.

<sup>24</sup> Relato do Senhor Pedro Moreira Costa, um dos primeiros a ser assentados pelo INCRA- atualmente reside na cidade de Bonito/MS.



portanto cento e vinte famílias, totalizando 500 pessoas. Atualmente o número total de lotes distribuídos pelo INCRA é de cento e trinta (130).



**Figura 04:** Divisão dos lotes do Assentamento Guaicurus

**Fonte:** Escritório de georreferenciamento Brito Engenharia, 2015

O referido assentamento fica distante 85 km da cidade de Bonito. Está localizado a sudeste da porção norte do Parque Nacional da Serra da Bodoquena-MS, e as terras onde se encontra o assentamento estão localizadas entre a área do parque e a terra indígena Kadiwéu, conforme representado na figura 04. (LACERDA, 2005 apud RIZZO, 2008)



O Assentamento Guaicurus está situado numa área montanhosa com afloramentos rochosos notáveis. Nesse sentido cabe destacar que o solo da Serra da Bodoquena possui embasamento calcário, sendo, pois, sua maior expressão. De acordo com a Embrapa (1971, p. 35)

[...] a maior expressão desses solos ocorre na serra da Bodoquena, onde são verificadas variações do relevo desde forte ondulado no interior do planalto a plano ou suave ondulado nas orlas leste e oeste, dependendo da natureza das camadas que o constituem. Nessa paisagem, são observadas feições de relevo cárstico, com afloramentos de rochas.

A área também possui escassez de água, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura. “Apenas 1% de suas terras é cultivada com agricultura de subsistência e o restante é ocupado com pastagens” (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2004, p.06).

No início da formação do assentamento, os assentados obtiveram renda, que se estendeu até o ano de 1992, com a abertura das áreas e a extração da madeira existente, especialmente a aroeira, que obteve bons preços no mercado.

Outra fonte de rentabilidade dos lotes nesse período, foram as lavouras de feijão, milho e algodão. Isso só ocorreu em virtude da maior produtividade, decorrente da fertilidade inicial do solo. Após 1998, com o esgotamento das terras e a proibição da extração da aroeira, de que resultou a impossibilidade de saldar as dívidas de financiamentos contraídos por meio de linhas de crédito, o assentamento entrou numa fase de decadência. (LACERDA, 2005, p 09).

A retomada do desenvolvimento só ocorreu com a chegada da energia elétrica no ano de 1999 e da rede de distribuição de água, sendo que o primeiro poço foi implantado em 1988 localizado na sede do assentamento. No início o poço funcionava através de gerador, pois não havia energia elétrica. Neste período nem todos os assentados conseguiam água suficiente para consumo, posteriormente foi implantado os outros poços que hoje estão distribuídos pelo assentamento. O período para a implantação de cinco poços artesianos demorou aproximadamente dez anos.

A base econômica do assentamento era a pecuária, particularmente a leiteira. Assim, no início da década de 2000, houve a busca de novas alternativas para a diversificação agrícola no Assentamento Guaicurus. Entre estas se destacam a avicultura caipira, a suinocultura, a apicultura e o extrativismo irregular de algumas madeiras de lei que existiam na reserva do assentamento.

Essas ações clandestinas de extração de madeira de lei fizeram com que duas reservas legais existentes no assentamento fossem bastante degradadas. Esse panorama tem se modificado nos últimos anos, como ficará constado no decorrer do texto (LACERDA, 2005, p.15)

### 2.2.1 Estrutura existente no Assentamento Guaicurus

O Projeto de assentamento possui arruamentos que dão acesso aos lotes, escola, posto de saúde, igreja, mercado particular, centro comunitário.

Com relação ao problema de escassez de água, este foi sanado com a perfuração de poços tubulares profundos 5 poços (Figura 05), sendo que um deste fica situado no núcleo urbano e os outros distribuídos dentro do assentamento. A forma de aquisição do Assentamento Guaicurus com base nas informações do Senhor Anestaldo<sup>25</sup> representante do INCRA, se deu através da desapropriação da fazenda, no entanto o assentado contemplado recebe seu título de propriedade sob condição resolutiva, ou seja, os assentados acabam virando parceleiros, os mesmos tem um prazo de carência de até três anos para quitar a primeira prestação em um total de dezessete.



**Figura 05.** Reservatório de água do Assentamento Guaicurus

**Fonte:** MOREIRA, 2016.

---

<sup>25</sup> Informação verbal (Representante do INCRA/Jardim-MS, entrevistado dia 18/10/2016)

Somente após dez anos e as prestações já estiverem quitadas, é que o assentado tem o direito de vender ou arrendar desde que esteja com a documentação da propriedade regular.

### 2.3 A Feira do Produtor Rural de Bonito-MS

A Feira do Produtor Rural de Bonito-MS foi inaugurada em 2011, na Gestão do prefeito Geraldo Marques. Na ocasião foi nomeado para chefe de departamento o senhor Airton José Silva Garcez, engenheiro agrônomo da prefeitura, visando sanar a carência dos pequenos produtores rurais tradicionais e assentados de reforma agrária, quanto a comercialização de seus produtos. Na ocasião buscou-se projetos para a criação da feira, sendo que vários projetos rejeitados. Num segundo momento foi criado o projeto vinculado ao Programa GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente) apresentado pela primeira vez em uma reunião em Paris no ano de 1990, como um programa piloto e com o objetivo de auxiliar países em desenvolvimento na implementação de projetos que buscassem solução em relação a proteção dos ecossistemas e à biodiversidade. (SIMÃO, 2016). Com base nas informações da Secretária a Senhora Silvana Meira Simão<sup>26</sup> “o município de Bonito/MS foi contemplado com o projeto GEF do Rio Formoso e com parte do recurso criou-se a feira do produtor rural do município.” No início a feira agregou quarenta (40) famílias, as quais foram divididas conforme o que iriam oferecer, por exemplo: produtos agrícolas advindos dos lotes e alimentos processados para consumo no local (salgados, por exemplo). No início tudo era precário, os assentados tinham que se deslocar até a cidade de caminhão caçamba. A ideia de expor os produtos rurais animou os pequenos produtores e assentados que começam a lutar por um espaço físico fixo, pois a falta do mesmo trazia certa insegurança, e prejudicava o pronto atendimento aos clientes. Passaram por vários locais até que em Julho de 2012 com a emenda do ex-deputado federal Antonio Carlos Biffi, foi construído o prédio da feira do produtor em parceria com o ex- prefeito José Arthur.

Antes de termos o local fixo tivemos outros locais, ficamos um período no local onde acontecia o festival de inverno na entrada da cidade, depois fomos para a frente da prefeitura e o terceiro local foi na frente do Banco do Brasil, inclusive tivemos algumas reuniões dentro do próprio Banco. É não foi fácil conseguir este lugar (Feira Central), mais hoje estamos tranquilos, virou uma rotina, para nós isto aqui é nossa vida. (ENTREVISTA – dia 05/08/2016)<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Coordenadora de gradeação do trator para desenvolver serviços de pequenos produtores, SEPRODS, entrevistada dia 25/08/2016)

<sup>27</sup> Senhor Reinaldo, um dos primeiros a ser inseridos na Feira do Produtor.

A atual Feira (Figura 06) fica numa área central e conta com espaços amplos, mais higiene e melhor comodidade. Além de contar com os produtos dos assentados dos Assentamentos Santa Lúcia, Guaícurus, Girassol e dos pequenos produtores tradicionais do município, conta com barracas de comidas típicas montada todos os sábados na Praça Central da cidade.



**Figura 06:** Feira do Produtor Rural, localizado na cidade de Bonito/MS

**Fonte:** SILVA, 2016

Nos mais de 50 boxes, são comercializados produtos tais como frutas, peixes, doces caseiros, comidas típicas e artesanato. A Feira funciona regularmente todos os sábados das 6 horas da manhã às 11h e 30min e as quartas feiras das 19 horas às 23 horas, tendo se tornado também um espaço de lazer das famílias da cidade de Bonito.

No entanto, nas quartas-feiras nem todos os assentados participam, pois, os mesmos não tem condição de irem, os ônibus só são disponibilizados aos sábados no período matutino, os poucos assentados que participam neste dia e alguns pequenos produtores tradicionais, o fazem porque vão de veículo próprio.

---

Atualmente a associação da Feira do Produtor Rural tem como presidente o senhor Junior Rodrigues. O papel dele é manter a feira organizada, bem como controlar quem está participando, o mesmo passa uma lista de presença, os associados devem pagar uma quantia de 20 reais mensais. O dinheiro arrecadado vai para a conta que está no nome da Feira, que tem fins de comprar os produtos higiênicos, e pagar uma funcionária mensal para que o recinto fique limpo e adequado para os assentados trabalharem.

#### **2.4 SEPRODS – Secretária de Produção do desenvolvimento rural**

Segundo o secretário Osvaldo Rodrigues, a secretária visa promover o desenvolvimento do setor rural, através da organização e capacitação dos produtores rurais, apoiando a produção sustentável de alimentos, respeitando o meio ambiente e valorizando a população rural, com a definição de políticas, coordenação e implementação nas atividades de assistência técnica, extensão rural e outros serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agricultura no município <sup>28</sup>.

A secretaria conta com um repasse por parte do governo para compra de maquinários e traçado para fazer curvas de nível, bem como a montagem e desmontagem de barracas fixando a localização de cada assentado dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus e o mapeamento e identificação das barracas.

Um procedimento adotado pela secretaria em relação aos participantes da Feira é a utilização de lista de presença para acompanhamento e frequência dos expositores. Além disso há o custeio do transporte aos produtores do assentamento Santa Lúcia, custeio de parte do óleo diesel para transporte dos produtores do assentamento Guaicurus, energia elétrica no local, sonorização, reuniões com a vigilância sanitária para regularização dos produtos junto ao SIM-selo de inspeção municipal. De acordo com Osvaldo Secretário de Obras, a atuação da secretária junto à Feira tem ocorrido também no sentido de garantir a conservação de estradas com a orientação e ação conjunta das secretárias de meio ambiente e obras, oportunidades de consociar agropecuária com turismo rural, elaborar um diagnóstico detalhado do setor rural tendo em vista a criação de uma política municipal de desenvolvimento sustentável. Além de trabalhar com a

---

<sup>28</sup> Informação verbal (Secretário entrevistado dia 25/08/2016)



extensão de área agrícola, coordenar e integrar os agentes de desenvolvimento, e conscientização dos produtores rurais, nas áreas de cooperativismo e meio ambiente.

## **2.5 AGRAER- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural**

Segundo o secretário Alexandre Vieira Ferro<sup>29</sup>, a Agência está inserida no município de Bonito desde que criou a antiga EMPAER<sup>30</sup> e posteriormente virou IDATERRA. Esta agência não está somente localizada no município de Bonito mais em vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul. O propósito da mesma é atender a área rural e os assentamentos, dando o suporte necessário em termos de assistência técnica e extensão rural. O entrevistado destacou quanto a repasses do governo, que há custeio apenas para manter os combustíveis dos veículos, diárias de técnicos quando vão fazer trabalhos de campo e manter o escritório na cidade funcionando. O papel da AGRAER mediante aos assentamentos é auxiliar os assentados, esclarecendo dúvidas tanto na parte de pecuária bovina, hortaliças, leite entre outros. Há um período em que o pessoal da agência vai fazer trabalho de curva de nível nos lotes, para que não ocorram processos erosivos.

A Feira foi criada com a participação do AGRAER, porém a agência está voltada para atender os assentados nos assentamentos, fazendo atendimento de campo. A secretaria do município SEPRODS dá ênfase maior na questão da Feira do Produtor Rural e articula com os assentados sempre quando há necessidade.

De acordo com Alexandre ressalva ainda que a *“Feira conta com um presidente, desse modo a SEPRODS procura não intervir em questões que cabe somente ao presidente decidir juntamente com os associados/assentados.”*<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Informação Verbal (Secretário entrevistado dia 25/07/2016)

<sup>30</sup> Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

<sup>31</sup> Informação verbal (Secretário entrevistado dia 25/07/2016)

### CAPITULO III - ANÁLISE DO UNIVERSO INVESTIGADO

Antes de realizar a análise do objeto de estudo, proposto para este capítulo, cabe destacar a metodologia desenvolvida. Como é possível observar, nos capítulos anteriores efetuamos a discussão teórica e o embasamento conceitual sobre a temática em questão no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Também apresentamos e efetuamos um resgate da criação dos assentamentos estudados, bem como da Feira do Produtor, em Bonito-MS. Neste capítulo analisaremos as condições de vida e produção dos assentados a partir da pesquisa de campo, a qual se pautou em entrevistas e observações acerca do cotidiano dos assentados nos assentamentos e na feira do produtor.

Descreveremos como está organizado sócio - espacialmente os Assentamentos Santa Lúcia e Guaícurus, e discutiremos a inserção do excedente de produção dos assentados na Feira do Produtor Rural da cidade Bonito-MS. Levaremos em consideração como se dá o processo de geração de renda das famílias investigadas com base nos dados tabulados dos questionários aplicados, relatos de experiência dos assentados, e informações disponibilizadas pela SEPRODS, AGRAER e INCRA.

Durante a pesquisa, foram efetuados vários contatos com os assentados e representantes dos órgãos citados. As minhas primeiras observações em campo se deram na Feira do Produtor Rural em 2015. Na ocasião foi estabelecido um contato mais direto com a senhora Noemia, do Assentamento Santa Lúcia. A mesma foi muito prestativa e estava sempre disposta a colaborar com a pesquisa.

Cabe lembrar também do Senhor Vitor, também assentado do mesmo assentamento, o qual está na região desde o processo de formação do Assentamento Santa Lúcia. O mesmo pôde contextualizar por meio de informações verbais a trajetória de luta que fez com que hoje os assentados tenham um lote, uma moradia.

Como já foi dito anteriormente, a pesquisa de campo proporcionou a realização de entrevistas, para fazer levantamentos de dados quantitativos, saber se os assentados estão satisfeitos ou não com a condição que têm hoje, sobre o que produzem e comercializam, sobre a renda gerada com o trabalho familiar, bem como a faixa etária em que se encontram, entre outras questões. Para isto entrevistamos quinze assentados com aplicação de questionários no Assentamento Santa Lúcia e vinte no Assentamento Guaicurus.

Devemos ressaltar que focamos as entrevistas e aplicação de questionários nas famílias assentadas que estão vinculadas a Feira do Produtor Rural, considerando que o propósito neste

trabalho foi, sobretudo, entender o papel e a contribuição da Feira no desenvolvimento socioeconômico das famílias de ambos os assentamentos investigados.

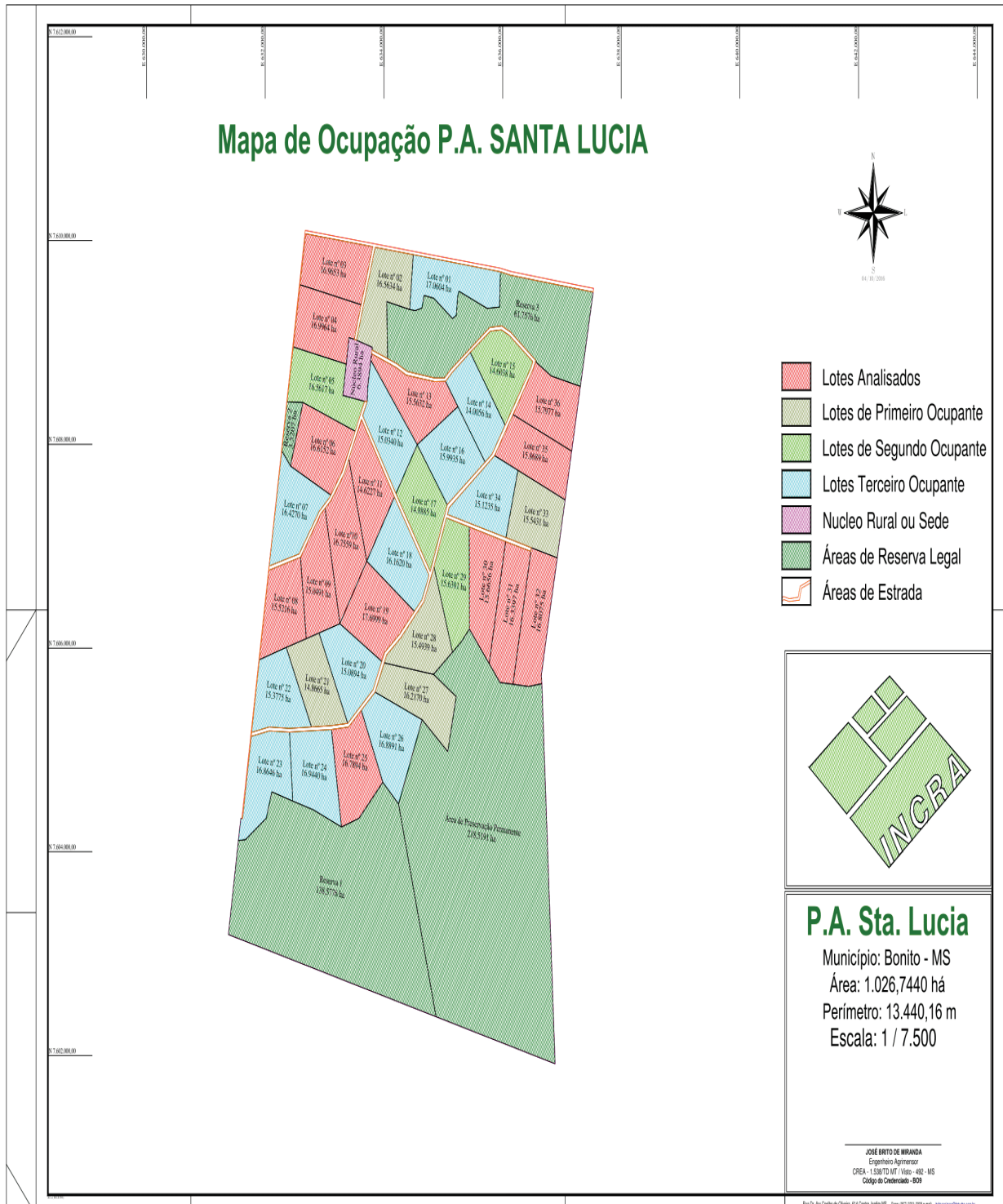
Os questionários apresentam dados das associações e também dados específicos das famílias entrevistadas, tais como a identificação e condições gerais da família e do lote, créditos recebidos, renda familiar, participação em cursos técnicos e de formação, avaliação da luta pela terra e da vida no assentamento, etc, e foram respondidos tanto pelos homens como pelas mulheres.

### **3.1. Uma análise da organização espacial dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus na atualidade**

O propósito neste item é mostrar e discutir a realidade atual dos assentamentos em termos de ocupação dos lotes em relação ao período de formação dos mesmos.

No caso do Assentamento Santa Lúcia, verificamos durante a pesquisa de campo e realização das entrevistas que do total de 36 lotes/famílias inicialmente assentadas vinte (20) assentados, dentre os quais os entrevistados, permanecem no lote desde a criação do assentamento. Quatro (04) lotes se encontram sob o domínio de segundos ocupantes, tendo em vista que os titulares vieram a falecer, ficando os lotes com familiares ou terceiros. Doze (12) lotes estão sob domínio e exploração de terceiros ocupantes que compraram das famílias inicialmente assentadas (Figura 07).





**Figura 07. Mapa da atual ocupação do Assentamento Santa Lúcia**

**Fonte:** Escritório de Georreferenciamento Brito Engenharia.

**Org.:** TEIXEIRA, 2016.

Há três justificativas para as vendas dos (12) lotes, destacado na figura acima, como relata um dos entrevistados:

A 1º diz, que o primeiro dono vendeu devido idade, ficou idoso e precisava de cuidados médicos frequentes, a 2º justificativa se dá que o primeiro dono vendeu, pois se cansou de morar em assentamento e queria mudar para a cidade, a 3º e última justificativa seria que o primeiro dono queria morar na cidade e não teria tempo para ir ao assentamento manter o lote limpo. (Informação Verbal)<sup>32</sup>

De acordo com a base legal do DECRETO Nº 8.738, DE 3 DE MAIO de 2016<sup>33</sup> Art.15 quando se refere a ocupações irregulares tem-se no Inciso II: “ Não ceder, a qualquer título, a posse da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente para uso de terceiros.”

No que se refere à exploração e ocupação irregular o Art. 19 da referida Lei diz que: “identificada a ocupação ou exploração em projeto de assentamento por não beneficiário da PNRA, sem autorização do INCRA, o ocupante será notificado para imediatamente desocupar a área e cessar a exploração [...]”.

No entanto, o que está posto na normativa não se aplica na prática. No Assentamento Santa Lúcia, por exemplo, uma assentada entrevistada relatou o seguinte: “*aqui no assentamento alguns venderam, foram embora, pois não tem fiscalização da parte do INCRA, todos sabemos que não é permitido, vender e arrendar os lotes, mais as pessoas não ligam*”<sup>34</sup>. Neste caso o assentado que compra/arrenda o lote fica inadimplente, pois o lote acaba não ficando no nome do comprador e sim do primeiro titular, uma vez que sabem a dificuldade que tem para regularizar o lote e transferir o título para terceiros, teria de se adequar as exigências do decreto Nº 8.738, de 3 de maio de 2016.

O Art. 19, parágrafo 1º também estabelece que:

Na hipótese de constatação de ocupação de lote em assentamento sem anuência do Incra por trabalhador rural ou família em situação de vulnerabilidade, a ocupação poderá ser regularizada desde que não haja candidatos excedentes no mesmo assentamento [...]

O que pudemos observar durante as investigações foi que há no Assentamento Santa Lúcia, repasse dos lotes para membros da família/ terceiros, como destaca o Art. 19, parágrafo

---

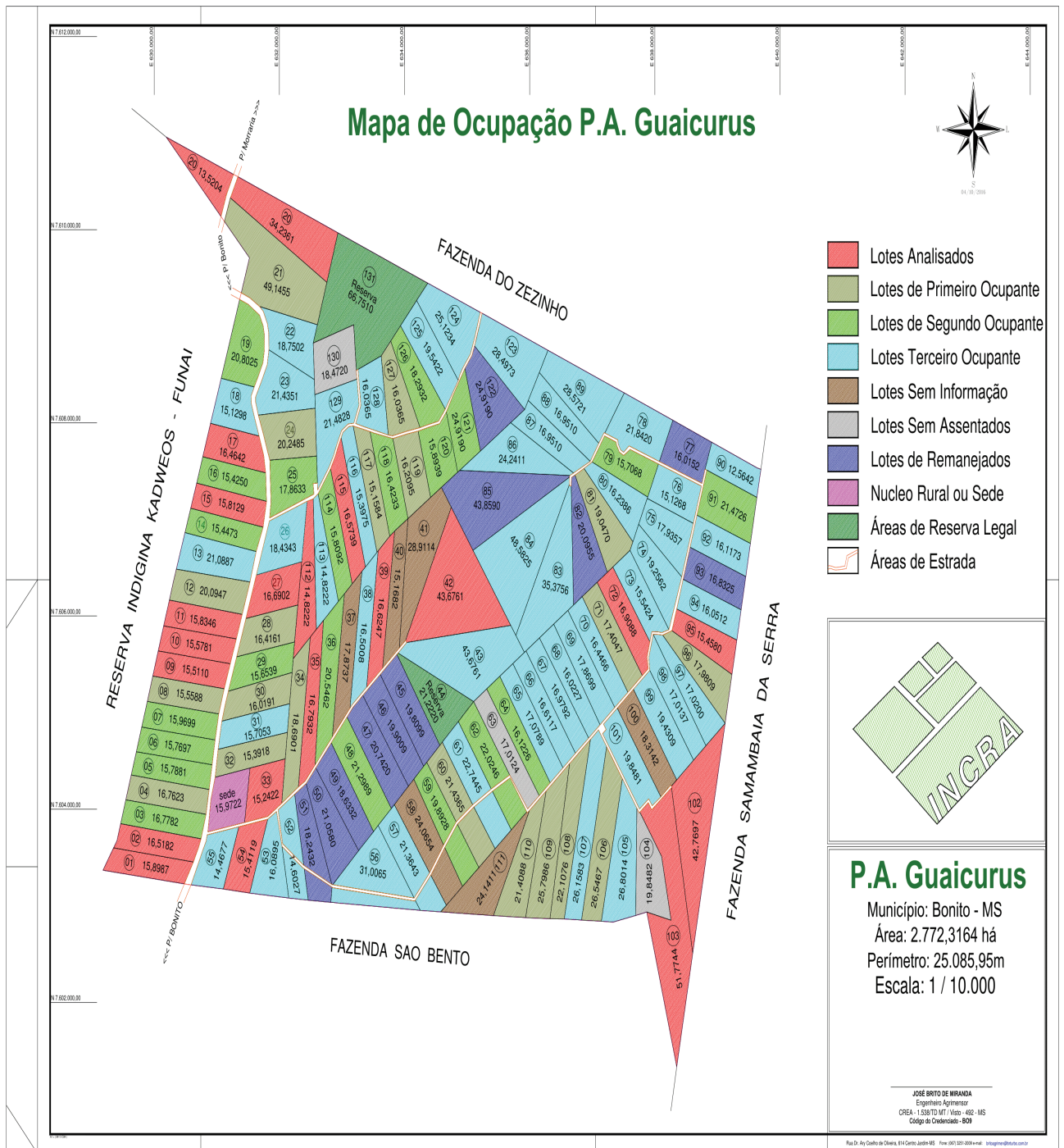
<sup>32</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado no dia 07/07/2016)

<sup>33</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8738-3-maio-2016-782994-publicacaooriginal-150243-pe.html> acesso dia 05/11/2016 às 20h e 20 min.

<sup>34</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 07/07/2016)

1º, que se enquadrariam neste contexto, do total de lotes investigados quatro (04) lotes se enquadram nesta condição.

Em se tratando do Assentamento Guaicurus, cabe salientar que o mesmo foi formado com 130 lotes (Figura 08), localizado entre a terra indígena e a fazenda Samambaia da Serra, a oeste do Parque Nacional, a Fazenda Zezinho e a Fazenda São Bento.



**Figura 08. Mapa de ocupação atual do Assentamento Guaicurus**

**Fonte:** Escritório de Georreferenciamento Brito Engenharia.

**Org.** TEIXEIRA, 2016.

O mapa da (Figura 08), representa o total de lotes analisados. Conforme levantamento efetuado, do total de cento e trinta (130) famílias inicialmente assentadas atualmente restam no assentamento Guaícurus quarenta e uma (41), dentre as quais as entrevistadas. Como podem ser observados no mapa, vinte e um (21) lotes se encontram sob o domínio de um segundo ocupante/família. A justificativa é que os primeiros assentados vieram a óbito e que hoje os lotes se encontram sob os cuidados da família. Quarenta e nove (49) está sob o domínio de terceiros ocupantes. Neste caso as justificativas são que o assentamento já é antigo, criado em 1986 e desse modo, muitos abandonaram o lote, alguns vieram a óbito e outros venderam. Do total de lotes do assentamento não obtivemos informação de seis (06), e onze (11) consta que os assentados foram remanejados para outro projeto de assentamento chamado Campina que se localiza na divisa de Bonito com Bodoquena/MS. Justifica-se que os onze (11) que foram remanejados estavam insatisfeitos com os lotes recebidos, conforme relata o Senhor José Antônio do lote (nº 102)

Quando nós chegamos aqui nos deparamos com uma terra onde algumas localidades eram muito rochosas, alguns deram sorte com seus lotes outros não, teve assentado que acionou o INCRA para fazer a vistoria no lote, pois o lote se encontrava com muito afloramento de rocha e não tinha como plantar nada. O INCRA levou um especialista para investigar o problema, só sei que no final o técnico constatou que o solo naquele local não dava para plantação, foi aí que os assentados que estavam naquela situação questionaram. Como poderiam sobreviver naquele local improdutivo. O INCRA então acabou remanejando aqueles que se encontravam em lotes que tinham muito acidez e rochas. (Informação Verbal)<sup>35</sup>

### **3.2.1 A organização coletiva no âmbito do assentamento Santa Lúcia**

O assentamento Santa Lúcia conta com a Associação dos Produtores Rurais, criada em novembro de 1999. A senhora Noêmia ficou à frente da associação por duas gestões consecutivas, tendo sido sucedida em eleição realizada em 2016, pelo senhor Vitor, atual presidente.

Segundo informações concedidas durante entrevista com o senhor Vitor, a associação tem seu espaço físico próprio onde realiza reuniões ordinárias mensalmente, com pautas variadas para a tomada de decisões dos associados.

---

<sup>35</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 06/11/2016)



Partimos do princípio que as associações criadas no âmbito dos assentamentos sejam para reunir os assentados em torno de objetivos comuns a todos e trabalhar em prol da coletividade, da melhoria do assentamento e da condição de vida de todos. Todavia, o que se pode perceber por meio das entrevistas durante a pesquisa de campo é que ambos os assentamentos se encontram atualmente em um sistema fragmentado. Dentro do assentamento há grupos distintos, ou seja, os que são associados e os que não são associados. E isso se reflete do ponto de vista do acesso a benefícios obtidos via associação. Por exemplo, aqueles que não são associados não tem permissão de utilizar os equipamentos e máquinas para gerar os produtos processados, regras estipuladas desde a criação do assentamento.

No Assentamento Santa Lúcia a questão da coletividade sempre esteve presente, desde o período do acampamento. Naquele contexto todos lutavam por um mesmo objetivo que era a busca por um pedaço de terra. No entanto, isso não prevalece no contexto atual, como declara uma das entrevistadas durante a pesquisa:

Sempre fomos unidos aqui no assentamento, sempre usamos o espaço Pé da Serra em favor do coletivo, isso não acontece mais, como acontecia antes. Não sei se é devido a troca de gestão que impulsionou isso. Hoje, o espaço está largado. Não reformam, não fazem nada. Tanto é que eu não estou mais associada, pois me desentendi com o atual presidente (Informação verbal)<sup>36</sup>

No relato da assentada fica evidente o descontentamento com a atual gestão da associação. Segundo a explicação da mesma o desentendimento com a nova administração da Associação Pé de Serra também perpassa pelas dívidas contraídas na última gestão que ela exerceu.

Quando começamos, começamos bem, as coisas fluíam, todos colaboravam, participavam, era lindo de se ver, mais não sei o que aconteceu na minha última gestão as coisas não foi dando muito certo, foi ficando cansativo e difícil, comecei a me enrolar com as contas, mais não foi por querer que fiz contas e sim estava pensando no coletivo, tanto é que se entrar hoje na associação as coisas que tem dentro fomos nós que conseguimos com muito esforço, e não foi fácil conquistar o espaço, hoje não estou mais à frente mais me orgulho do trabalho que fiz. (Informação Verbal)<sup>37</sup>

Devido a este fato houve votação para nova presidência, e logo a exoneração da assentada, hoje a associação está sob os cuidados do Senhor Vitor, o qual destacou durante a entrevista que:

---

<sup>36</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada no dia 07/07/2016)

<sup>37</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada no dia 07/07/2016)

Nos anos anteriores tivemos uma administração não tão boa, mais hoje estamos trabalhando para fazer a associação funcionar, estamos arrumando aos poucos, para atender melhor os associados/assentados, acredito que logo o nosso espaço ficará muito bom para trabalhar. (Informação verbal)<sup>38</sup>

Todavia as associações presentes nos assentamentos são criadas no sentido de proporcionar a organização da produção e da vida dos assentados e, assim propiciar melhorias para a coletividade. Todavia, a fragmentação dos assentados se sobrepõe ao coletivo. Assim, a organização do trabalho e da terra é predominantemente individual/familiar e cada um acaba fazendo o que pretende fazer individualmente ou em pequenos grupos. Isso ocorre por opção do próprio assentado/família ou por discordarem de quem está à frente da associação, o presidente, no caso.

Nesse sentido Silva destaca

[...] os assentados vivenciam um conflito entre as formas de vida do ser camponês (o trabalho individual familiar) e o diferente (o trabalho coletivo) que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se tornava necessário construir um novo estilo de vida, no espaço social e coletivo dos acampamentos. (SILVA, 2004, p. 99)

Há que se destacar ainda neste sentido que os conflitos entre o coletivo (os associados), muitas vezes decorrem do fato de que há valores e tradições que alguns assentados carregam consigo que os fazem optar por trabalhar individualmente. Como ressaltou a assentada entrevistada *“não participo da associação, não gosto. Prefiro trabalhar do meu jeito, aqui tenho minhas coisinhas, faço meus doces em casa, minhas conservas, me sinto mais à vontade, na associação tem regras a seguir, não gosto disso”* (Informação Verbal)<sup>39</sup>

Já os que são associados e participam das ações e atividades organizadas pela associação, dividem as tarefas e os deveres de forma igualitária, em questão das plantações, produções e comercialização. Por exemplo, cada assentado que é associado produz, colhe o que produziu e leva para processar na Fábrica Pé de Serra, como exemplo temos a rapadura, doces de potes e geleias de vários sabores, derivados de leite, conservas variadas. Abaixo temos a (figura 09) que ilustra o produto pronto para comercialização, inserido na Feira do Produtor Rural.

---

<sup>38</sup> Atual presidente da Associação Pé da Serra (Assentado entrevistado dia 07/07/2016)

<sup>39</sup> Assentada entrevistada dia 07/07/2016



**Figura 09.** Produtos processados na Associação “rapadura, doces, geleias e conservas de pimenta.  
**Fonte:** SILVA, 2016

### 3.2.2 A produção e reprodução da vida no Assentamento Santa Lucia

Neste subitem a pretensão é discorrer sobre a produção gerada pelos assentados feirantes nos dois assentamentos em pauta. Devemos lembrar que os dois assentamentos têm características distintas do ponto de vista da aptidão do solo, o que de certa forma se reflete do ponto de vista da produção. No Assentamento Santa Lúcia, o solo é apto para a produção agrícola, o solo é fértil, o que não significa que não seja necessário o tratamento prévio para que os cultivos diversos tenham possam ocorrer de modo produtivo.

Com base na pesquisa de campo há que se destacar que no Assentamento Santa Lúcia a base de produção é voltada para o autoconsumo e comercialização. Os assentados produzem hortaliças, criam animais como galinhas caipiras, porcos e gado, especialmente leiteiro. Além disso, há a pequena agroindústria denominada Pé da Serra. Neste setor trabalha o grupo que faz parte da associação. Trabalham juntos na fabricação de doces de potes, rapaduras, melados e

conservas que são destinados ao mercado consumidor, no qual se destaca a Feira do Produtor, os postos de combustíveis e alguns mercados da cidade.

A agroindústria tem os rótulos que obedecem às normas básicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com a impressão de informações sobre o produto e com o carimbo de autorização para a comercialização. Neste sentido, como destaca Lacerda (2007, p. 59) as etiquetas mereceram uma atenção especial, pois “serviriam para acompanhar cada um dos produtos, como um ‘Certificado de Origem’.”

No início de ambos os assentamentos estudados, os mesmos contaram com o apoio da Fundação Neotrópica, que tinha como intuito oferecer uma alternativa para minimizar os problemas impostos pelo atual modelo econômico, levando em conta o potencial ecoturístico regional e a necessidade de conservação do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

De acordo com Lacerda (2007, p. 56):

[...] a Fundação Neotrópica do Brasil é uma organização não-governamental ambientalista, que idealizou o projeto “Qualificação e Diversificação da Produção de Alimentos pelas Mulheres dos Assentamentos Rurais do Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Assim, o projeto inicial surgiu em virtude da preocupação com a conservação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e da proximidade dos assentamentos rurais com essa Unidade de Conservação.

A Fundação Neotrópica prestou serviços e apoiou as famílias assentadas em ambos os assentamentos, os quais eram vinculados ao projeto da Fundação. No início havia cursos profissionalizantes para as mulheres, capacitando-as quanto à produção e a comercialização dos produtos. Para colocar o projeto da agroindústria em prática fez-se necessário a dedução de quanto de dinheiro iriam precisar para fazer as embalagens, do rótulo e da etiqueta, inicialmente adquiridos com recursos do projeto, para garantir a sustentabilidade do processo. O dinheiro arrecadado com as vendas dos produtos processados era dividido entre os atores envolvidos.

Lacerda acredita que:

O apelo inicial do projeto decorreu de razões ambientais, já que era necessário proteger o entorno do parque. Além disso, houve também a preocupação com a inserção das mulheres no projeto, garantindo assim o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, além da busca pela conservação ambiental. (2007, p.56)



Desse modo, além da sustentabilidade ambiental, o projeto visava a sustentabilidade social das famílias assentadas, à medida que buscava alternativas para minimizar as dificuldades de permanência no campo, gerando renda, promovendo a organização social e coletiva e a melhoria da qualidade de vida das famílias, por meio da transformação de parte do excedente da produção familiar em produtos agroindustrializados e a criação do selo Pé de Serra (Figura 10)



**Figura 10.** Projeto Pé da Serra Associação do Assentamento Santa Lúcia<sup>40</sup>.

**Fonte:** SILVA, 2016 – Trabalho de campo

O local representado na (figura 10), é onde os assentados associados se organizam para trabalhar. Foi necessária a criação de cozinhas comunitárias nos dois assentamentos, obedecendo as normas da Secretária de Saúde e Vigilância Sanitária, para que fosse concretizado o Projeto Pé da Serra e entrasse em funcionamento.

---

<sup>40</sup> Local onde os associados se encontram para fazer reuniões, cursos profissionalizantes e produzir os produtos agro industrializados para comercialização.

No dia em que visitamos o Assentamento Santa Lúcia o SEBRAE estava realizando capacitação das mulheres assentadas sobre o aproveitamento do leite para a produção de derivados (Figura 11).



**Figura 11.** Assentadas fazendo curso profissionalizante sobre aproveitamento de derivados do leite, proporcionado pelo SEBRAE.

**Fonte:** SILVA, 2016. Pesquisa de campo.

O curso era voltado para as mulheres associadas e vinculadas ao Projeto Pé da Serra. O intuito do mesmo era capacitar as mulheres para que elas possam utilizar o leite para produzir outros produtos, tais como queijos com diferentes recheios, requeijão, iogurte e leite condensado.

Durante a visita observamos o envolvimento das assentadas com o curso, bem como o interesse em aprender. Uma das assentadas relatou a importância dos cursos nos assentamentos



em geral e declara “*hoje sabemos fazer muitas coisas, devido aos cursos que são disponibilizados para nós*” (Informação Verbal)<sup>41</sup>

Diante desta declaração, podemos perceber a importância dos cursos preparatórios, os subsídios para os que querem tirar da terra o seu sustento. Nesse sentido, o presidente da associação ressaltou : “*sempre estamos tendo cursos profissionalizantes aqui na fábrica, estou correndo atrás para conseguir mais, são cursos muito bons e que gera certificados para nós, além da aprendizagem*” (Informação Verbal)<sup>42</sup>

Cabe destacar que o Senhor Vitor e sua esposa responderam aos questionamentos, de forma educada e nos apresentaram para as assentadas que estavam fazendo a capacitação.

Durante a pesquisa de campo no Assentamento Santa Lúcia foi possível verificar em alguns lotes a produção diversificada (Figura 12).



**Figura 12.** Plantações de hortaliças, em alguns dos lotes no Assentamento Santa Lúcia.

**Fonte:** SILVA, 2016. Pesquisa de Campo

---

<sup>41</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 07/07/2016)

<sup>42</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 07/07/2016)



Como pode ser observado na (figura 11), alguns assentados cultivam hortaliças tanto para autoconsumo como para comercializar na Feira do Produtor. A produção representada na figura acima refere-se aos lotes da Senhora Noemia e do Senhor Anilton.

Além disso, verificamos também o cultivo de milho e cana de açúcar, a qual é utilizada na fabricação de melado e rapaduras com sabores diversos, bem como o cultivo variado de frutas, tais como morango, tomate cereja, laranja entre outras (Figura 13).

Cabe salientar ainda que os assentados, apesar de já disporem de equipamentos mais modernos como tratores, por exemplo, ainda utilizam equipamentos manuais como enxadas, arados puxados por cavalos para o cultivo na terra.



**Figura 13.** Produção tomate cereja e morango no lote do senhor Anilton Garcia Sanches (Lote nº 22) no Assentamento Santa Lúcia.

**Fonte:** SILVA, 2016. Pesquisa de Campo.

Vale destacar o lote nº 22, do senhor Anilton, o qual nos recebem muito bem e nos contou várias experiências de vida. O mesmo tem 65 anos, veio de São Paulo e reside sozinho

em seu lote há 8 anos. É aposentado, mas produz diversificadamente no lote, repassando sua produção para a senhora Noemia, que comercializa na Feira em parceria. Ele produz tomate cereja, morango, laranja, hortaliças e jiló, dentre outros e ainda destacou que não utiliza nenhum tipo de agrotóxicos em sua plantação.

A senhora Noemia declarou: “*gosto de ajudar o seu Anilton, gosto dele como pessoa, muito trabalhador, batalhador. Todas as tardes de sextas-feiras venho aqui ver o que o ele tem e quer que leva na feira para vender*” (Informação Verbal)<sup>43</sup> O senhor Anilton também disponibiliza uma parte dos morangos que produz para Noemia fazer polpas. O dinheiro que a Noemia arrecada com as vendas dos produtos cultivados pelo senhor Anilton é repassado para ele após a Feira.



**Figura 14.** Polpas congeladas e garrafas de leite

**Fonte:** SILVA, 2016

Com base na investigação, verificamos que além dos assentados comercializarem seus produtos na Feira do Produtor Rural, a assentada Noemia disponibiliza as polpas de frutas nas

---

<sup>43</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 07/07/2016)

escolas, do município de Jardim, Guia Lopes da Laguna e de Bonito, por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com informações obtidas no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, como uma ação do Governo Federal com o propósito de contribuir com o combate à fome e a pobreza no Brasil, bem como fortalecer a agricultura familiar.

O discurso é de que o programa propicia a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações para a comercialização, no sentido de estimular a agregação de valor à produção familiar. Desse modo, uma parte dos alimentos produzidos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades tradicionais. O qual forma estoques estratégicos para distribuir para a população com vulnerabilidade social.

Várias entidades, tais como entidades assistenciais, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias são beneficiadas com os alimentos doados pelo Programa, além das cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas cooperativas da agricultura familiar, para formação de estoques próprios e comercialização em momento em que os preços são favoráveis nos mercados locais.

“O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)” (MDA, 2016)<sup>44</sup>.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE está amparado na Resolução/CD/FNDE nº38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica. De acordo com o Art. 3º, Incisos II e IV, são diretrizes do PNAE, dentre outras:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. (PORTAL MEC, 2011)<sup>45</sup>

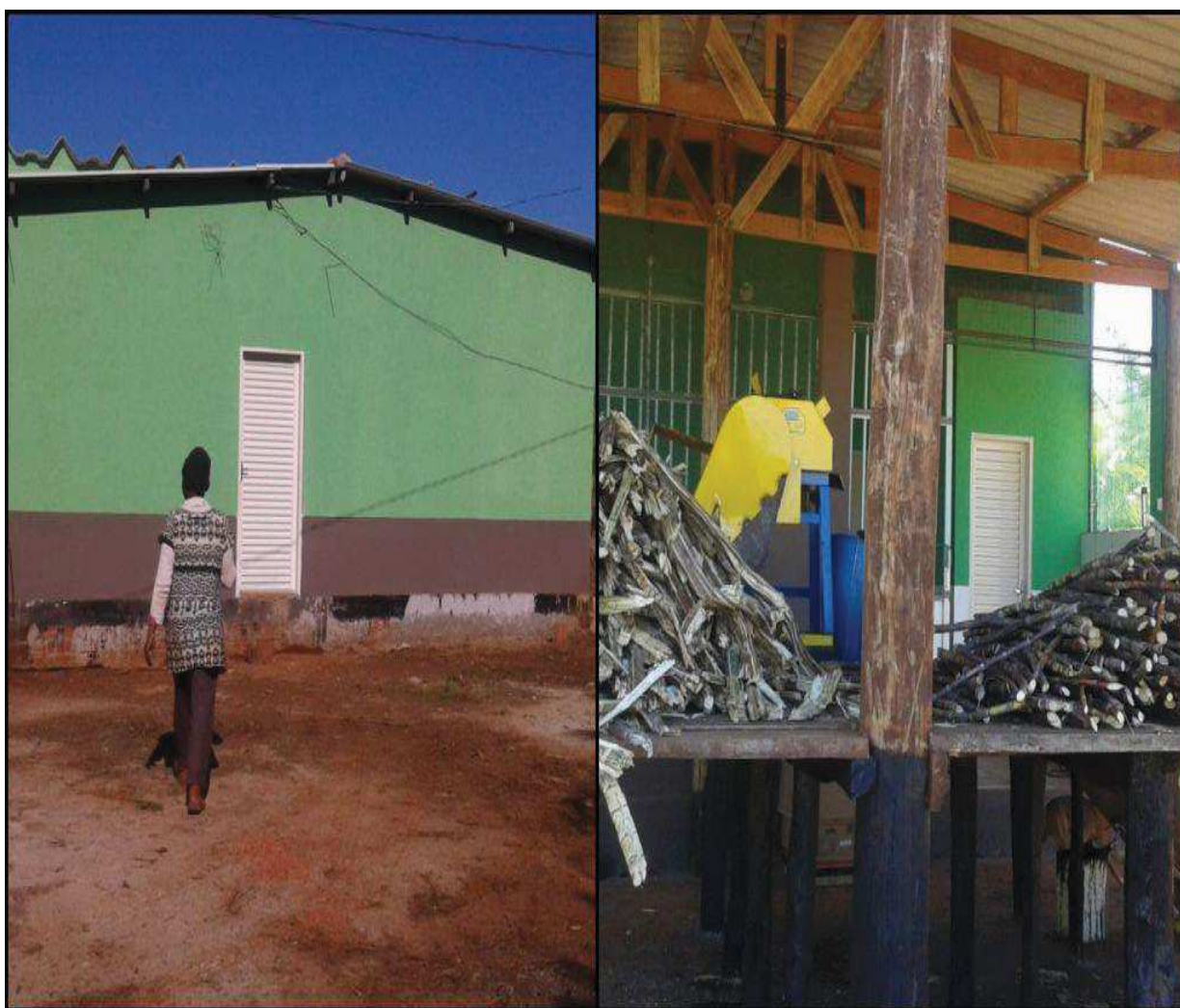
---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> Acesso em: 03/11/2016.

<sup>45</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8147-ires038-16072009-1-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8147-ires038-16072009-1-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 05/11/2016.



Há que se destacar, no entanto, que não são todos os assentados que se beneficiam desse Programa, tendo em vista que só pode participar quem possui o DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, e nem todos conseguem obter esta declaração, pois para isto tem que ter renda anual de até vinte mil reais.



**Figura 15.** Unidade processadora independente da assentada Noemia.  
**Fonte:** SILVA, 2016

A (figura 15), ilustra a unidade processadora que a assentada Noemia está estruturando para poder trabalhar e processar os produtos cultivados. Ela declarou que:

Depois que me tiraram da associação eu fui obrigada achar outra alternativa para trabalhar, não podia ficar parada, e já que não me aceitam mais, eu resolvi criar a minha própria fábrica, não está ainda 100% completa mais já estou trabalhando nela, tenho o meu moedor de cana, o meu tacho para fazer minhas rapaduras, em breve quero ter meu liquidificador industrial para fazer as poupas. Está indo, já pensei em montar outra associação para convidar quem

está insatisfeito com a atual presidência. Mais daqui pra frente, agora estou correndo atrás de revalidar o rotulo, para que eu possa a utilizar também não quero mudar o nome Pé da Serra, quero acrescentar meu nome só para identificar quem fez o produto. (Informação Verbal)<sup>46</sup>

Fica claro nesta declaração que a assentada está disposta a continuar seu trabalho, o que fica nítido a fragmentação do coletivo, portanto acaba prevalecendo o individual. Todavia ela ressaltou que não pretende continuar trabalhando sozinha e sim com aqueles que estiverem dispostos a trabalhar com a mesma.



**Figura 16.** Criação de animais no Assentamento Santa Lúcia.

**Fonte:** SILVA, 2016. Pesquisa de campo.

Do ponto de vista da criação de animais (Figura 16), verificamos que os de pequeno porte (porcos, galinhas) são criados mais para o autoconsumo, apesar de as galinhas caipiras serem também comercializadas na Feira do Produtor Rural, contribuindo assim para a renda familiar.

Em relação ao gado, alguns assentados (as) criam para utilizar o leite e para autoconsumo, raramente são vendidos. Sendo que na Feira do Produtor é comercializado apenas os derivados do leite, doces, queijos, requeijão e leite condensado.

---

<sup>46</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 07/07/2016)



### 3.2.3. Uma breve análise da produção nos lotes visitados e sua importância na geração de renda das famílias assentadas

Faz-se interessante aqui apresentar detalhadamente a produção do universo investigado no assentamento Santa Lúcia, e a contribuição que esta produção tem na geração de renda e de reprodução da vida das famílias assentadas, conforme demonstrado no quadro 02 a seguir.

**Quadro 02:** Dados de Produção das famílias entrevistadas, Assentamento Santa Lúcia.

Assentados entrevistados (nº)	Produção agrícola/ Criação de animais	Produção para autoconsumo	Comercialização na Feira do Produtor Rural
03	Mandioca, cana de açúcar, hortaliças, leite, galinha caipira, ovo, carneiro, gado.	Hortaliças, galinha caipira.	Mandioca, cana de açúcar, hortaliças, galinha caipira, ovos.
04	Feijão, doces caseiros, rapadura, hortaliças, cana, morango e maracujá.	Feijão, doces caseiros, hortaliças.	Feijão, doces caseiros, rapadura, hortaliças, caldo de cana, poupas de morango e maracujá.
06	Coco, banana, melado de cana, mandioca, rapadura.	Mandioca, banana.	Coco, banana, melado de cana, mandioca, rapadura.
08	Leite, mandioca, hortaliças, ovos, galinha caipira, gado.	Leite.	Mandioca, ovos, galinha caipira, leite.
09	Hortaliças, doces, amendoim torrado, abobora.	Hortaliças	Hortaliças, doces caseiros, amendoim torrado, abobora.
10	Banana, milho verde, coco da bahia, hortaliças, gado	-	Banana, milho verde, coco da bahia, hortaliças.
11	Hortaliças, rapadura, banana, maracuja, galinha caipira.	Hortaliças, galinha caipira	Hortaliças, rapadura, banana, maracuja, galinha caipira
13	Doces caseiros, hortaliças, mandioca.	Hortaliças.	Doces caseiro, hortaliças.
19	Hortaliças e farinha de mandioca.	Hortaliças.	Hortaliças e farinha de mandioca.
22	Tomate, morango, laranja, jiló.	Tomate, morango, Laranja.	Tomate, morango jiló
30	Leite, galinha caipira, doce caseiro, conservas, gado.	-	Leite, galinha caipira, doce caseiro, conservas.

31	Hortalças, derivados do leite, frango caipira, ovos, doce caseiro, gado.	Derivados do leite, hortalças, frango caipira, ovos.	Hortalças, derivados do leite, frango caipira, ovos, doce caseiro.
32	Porco, galinha caipira, ovos, hortalças.	Porco, galinha caipira, ovos, hortalças.	Porco, galinha caipira, ovos, hortalças.
35	Hortalças, mandioca, galinha caipira, ovos.	Hortalças, galinha caipira.	Hortalças, mandioca, galinha caipira, ovos.
36	Doce caseiro, gado, mandioca, suínos, hortalças.	Suínos.	Doce caseiro, mandioca, hortalças.

Fonte: Silva, 2016. Trabalho de campo.

Analisando o quadro 2, percebe-se que treze (13) dos quinze (15) entrevistados no Assentamento Santa Lúcia possuem produção de hortalças em seus lotes, com variedades de verduras e legumes. Essa produção é voltada tanto para o autoconsumo como para a comercialização na Feira do Produtor Rural, além das hortalças existem diversos tipos de produção agrícola como milho, mandioca, cana de açúcar, feijão e outros.

Cabe destacar que a assentada do lote nº 04 está inserida no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>47</sup> e fornece alimentos, tais como polpa de frutas, verduras, doces e rapaduras, para as Escolas Estaduais Juvêncio e Alziro Lopes nas cidades de Jardim e Guia Lopes da Laguna, os quais são utilizados na merenda escolar.

No que se refere a renda dos assentados entrevistados no Assentamento Santa Lúcia, há que destacar conforme quadro 03, que quinze por cento (15%) declarou ter aposentadoria, oito por cento (8%) disse ter trabalho em fazendas, e trinta e oito por cento (38%) dos assentados disseram estar vinculados a feira do produtor.

---

<sup>47</sup> De acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, com o propósito de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Para mais detalhes acessar o site do FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao> Acesso em: 04/11/2016.

**Quadro 03:** Formas de obtenção de renda das famílias assentadas, assentamento Santa Lúcia

<b>Assentados entrevistados (nº)</b>	<b>Feira do Produtor Rural</b>	<b>Aposentadoria</b>	<b>Trabalho assalariado/particular</b>	<b>Benefício Social</b>
03	880,00	880,00	-	-
04	700,00	-	1.500,00	-
06	200,00	880,00	-	-
08	620,00	880,00	-	-
09	800,00	-	1.000,00	-
10	880,00	-	-	-
11	800,00	-	-	-
13	700,00	-	-	-
19	200,00	880,00	-	-
22	500,00	880,00	-	-
30	800,00	-	-	-
31	400,00	-	880,00	-
32	600,00	880,00	-	-
35	300,00	-	880,00	-
36	800,00	-	900,00	-

Fonte: Silva, 2016. Trabalho de campo.

Conforme os dados apresentados no quadro 03, observa-se que a renda dos assentados vinculados a feira do produtor varia entre 200,00 e 880,00 reais, neste caso a renda predominante é a da Feira do Produtor Rural. Em segundo temos a aposentadoria (equivalente a um salário mínimo) e terceiro o trabalho assalariado/particular. Ainda nesta análise observa-se que o entrevistado seis declara tirar 200,00 reais mensais na feira, no entanto esta renda se soma aos 880,00 reais que ele recebe da aposentadoria. O mesmo revela ainda que não passa necessidades em virtude da aposentadoria, a qual é responsável por mais de 90% das despesas da casa. Durante as entrevistas realizadas no assentamento Santa Lúcia não identificamos assentados que recebem benefício social do governo, portanto por mais que o assentado não tire um salário mínimo da feira, comercializando os produtos, verificou-se a importância da mesma no processo de geração de renda.

### 3.3. A condições de vida e produção no Assentamento Guaicurus

Conforme destacamos no capítulo anterior as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores assentados, não se encerraram no período de luta pela terra em que permaneceram acampados, quando o Assentamento Guaicurus foi criado e cada um pode ter acesso ao seu lote, continuaram a enfrentar problemas. Um destes era a escassez de água que afetava tanto as necessidades básicas de consumo como o desenvolvimento da lavoura e a criação de animais. De acordo com o depoimento de um assentado *“90% das áreas destinadas ao assentamento é somente rochas e morros, sem água, sendo um desrespeito com os assentados que buscavam uma área produtiva para trabalhar e assim viverem com suas famílias.”* (Informação Verbal)<sup>48</sup>

Depois de enfrentar muita dificuldade devido à escassez de água a associação decidiu fazer poços artesianos, para tentar minimizar o descontentamento dos assentados. Somente após cinco anos vivendo no assentamento conseguiram efetuar a canalização, porém somente alguns lotes foram contemplados, especialmente os que estavam próximos à sede. Passados mais três anos fizeram mais um poço para atender a demanda de todo assentamento. Em alguns pontos era difícil a perfuração devido alguns locais ter muitas rochas, então colocaram uma bomba em uma mina para explodir e fazer os devidos procedimentos, só assim foi possível canalizar a água para os demais lotes, somente depois de sete anos o assentamento teve água para todos. A justificativa de um dos assentados seria que *“os assentados não tinham a preocupação de se organizar para que o processo dos poços artesianos acelerasse foi por isso que demorou a implantar todos os poços”* (Informação Verbal)<sup>49</sup>

Hoje os reservatórios atendem todo o assentamento, porém tem dias que alguns lotes ficam sem o abastecimento devido a problemas ligados a falta de manutenção.

Há que se destacar que a associação do Assentamento Guaicurus também aderiu ao Projeto Pé de Serra, para o qual a Fundação Neotrópica direcionava os trabalhos, fornecia cursos aos associados, prestava apoio.

Na ocasião o projeto viabilizou a montagem de cozinhas industriais em ambos os assentamentos estudados. A parceria com o SEBRAE permitiu o treinamento de algumas assentadas na produção de compotas, geleias e conservas. Tendo como presidente da associação a Senhora Nadir e vice a Senhora Antônia Andrade de Oliveira.

---

<sup>48</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 02/09/2016)

<sup>49</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 06/11/2016)

Porém este projeto acabou não se desenvolvendo como esperado. A justificativa dada pelos entrevistados para o insucesso do projeto foi a falta de envolvimento e colaboração dos próprios assentados.

### 3.3.1. A organização coletiva no Assentamento Guaícurus

No que diz respeito a organização, no início do assentamento (1999) havia a associação dos produtores rurais, porém com o tempo acabou não dando certo devido à falta de compromisso e desorganização dos assentados, conforme declaração de um dos assentados entrevistados: *“hoje tem a associação das mulheres, onde foi construído a Fábrica Pé de Serra, porém nem todos participam. (Informação Verbal)<sup>50</sup>*

Outra assentada justificou a não participação de todas as mulheres dizendo: *“a falta de participação das mulheres se dá, pois, tem outras demandas para realizar tais como cuidar da casa, mexer com a horta, os animais, não sobra tempo para ficar indo na associação. (Informação Verbal)<sup>51</sup>*

É importante destacar que a formação da associação também esteve vinculada à necessidade de uma maior articulação política dos assentados frente ao poder local. Esta seria um meio para fortalecer suas reivindicações, e com isso os seus membros discutirem com os demais assentados a necessidade de união e a possibilidade de uma melhor gestão da produção no assentamento.

Atualmente poucos assentados participam da associação na qual as mulheres atuam. Durante a pesquisa de campo e investigação o principal problema levantado foi que no Guaícurus os assentados levam em consideração o individual e não o coletivo.

A organização coletiva no assentamento ocorre por meio da associação, porém nem todos participam, há assentados que preferem trabalhar só, por receio, por não querer se comprometer com o coletivo, não se entender com o presidente, entre outros fatores.

Atualmente quem está à frente da associação são as Senhoras Nadir e Antônia, uma vez que hoje o Projeto Pé da Serra se encontra quase parado, pois falta interessados em tocar o projeto, além dos assentados preferirem produzir em seus respectivos lotes. Como destacou um dos assentados entrevistados *“eu produzo no meu lote mesmo, não participo mais de*

---

<sup>50</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 15/10/2016)

<sup>51</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 05/11/2016)



*associação, antes dava muito problema as pessoas não colaboravam, fica difícil assim”*  
(Informação Verbal)<sup>52</sup>

### 3.4. Uma análise da produção nos lotes visitados e sua importância na geração de renda das famílias do Assentamento Guaícurus

Assim como no Assentamento Santa Lúcia, no Assentamento Guaícurus, a produção está voltada tanto para o autoconsumo como para a comercialização. Todavia, cabe ressaltar que dentre os entrevistados alguns produzem somente para o autoconsumo.

As principais atividades produtivas do Assentamento Guaícurus são a pecuária de leite e a produção de hortaliças. Do total de cento e trinta (130) famílias assentadas, vinte (20) participam da Feira do Produtor Rural.



. **Figura 17.** Produção e criação de animais.

**Fonte:** MOREIRA, 2016.

---

<sup>52</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 15/10/2016)

Dentre os produtos comercializados destacam-se verduras e doces em potes. Todavia, dadas às condições geomorfológicas do assentamento a principal fonte de renda no assentamento é a feira do produtor e o gado.

Conforme declara um dos assentados

[...] no assentamento prevalece a pecuária, não é uma característica de assentamento mais por ser uma região acidentada, a maioria do pessoal tem a pecuária como a principal fonte de renda, os que não conseguiram aderir passam por situações difíceis” (Informação Verbal)<sup>53</sup>

A fala do assentado evidencia as condições encontradas no assentamento. Aqueles que não conseguem desenvolver a agricultura e nem a pecuária acabam buscando trabalho assalariado em fazendas vizinhas para garantir o sustento da família.

A justificativa para os assentados que recorrem a trabalhos assalariados, é que eles não conseguem tirar da terra todo o sustento para família, no entanto o que pudemos observar por meio da investigação foi que mesmo tendo o trabalho assalariado, os assentados nessa condição produzem ou criam algum animal em seu lote. Assim, ambas as rendas se complementam.

Do ponto de vista da produção e da importância da comercialização do excedente para garantir a renda familiar cabe destacar que apesar das condições geomorfológicas do terreno onde está situado o assentamento Guaícurus, como já foi apontado anteriormente, a produção também é diversificada. Todavia predomina no universo investigado a criação de gado.

O quadro 04 a seguir revela que, do total de vinte (20) lotes investigados, oito (08) criam gado. Disseram que criam para produzir leite e queijo para autoconsumo e comercialização do excedente, porém, em momentos de necessidades vendem também o animal. Verificamos ainda que mais de 75% dos assentados entrevistados praticam a agricultura ou desenvolvem a criação de animais. Todos os entrevistados participam da Feira do Produtor comercializando algum produto.

**Quadro 04:** Dados de Produção das famílias entrevistadas, Assentamento Guaícurus

Assentados Entrevistados (nº)	Produção agrícola/ Criação de animais	Produção para autoconsumo	Produção na Feira do Produtor Rural
01	Mandioca, queijo, galinha caipira, hortaliças, Gado.	Mandioca, hortaliças, galinha caipira.	Mandioca, queijo, hortaliças.

<sup>53</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 15/10/2016)

02	Mandioca, banana, abobora, hortaliças.,	Mandioca.	Mandioca, banana, abobora, hortaliças.
09	Derivados do leite, mandioca, abacate, limão, banana, gado	-	Derivados do leite, mandioca, abacate, limão, banana.
10	Hortaliças, derivados do leite, gado.	-	Hortaliças, derivados do leite
11	Mandioca, quiabo, hortaliças, açafrão.	Mandioca.	Mandioca, quiabo, hortaliças.
15	Conservas, doces, galinha caipira, ovos.	Galinha caipira.	Conservas, doces, ovos caipira.
17	Cana de açúcar, hortaliças, mandioca, abobrinha.	Hortaliças, mandioca.	Cana de açúcar, hortaliças, mandioca, abobrinha.
19	Hortaliças, mandioca, batata doce.	Hortaliças, mandioca.	Hortaliças.
20	Leite, mandioca, hortaliças, gado.	Mandioca.	Leite, mandioca, hortaliças.
33	Queijo, galinha caipira, hortaliças, rapadura, gado.	Mandioca, galinha caipira.	Mandioca, queijo, hortaliças.
35	Hortaliças, mandioca, banana, abobora.	Mandioca.	Mandioca, banana, abobora.
39	Hortaliças, doces de potes, pães caseiros gado.	-	Hortaliças, doces de potes, pães caseiros.
42	Hortaliças, abobora, banana.	Hortaliças	Hortaliças, tomate, banana.
54	Leite, doce caseiro, conservas, carneiro, gado.	-.	Leite, doce caseiro, conservas,
72	Hortaliças, derivados do leite, gado.	-	Hortaliças, derivados do leite.
95	Galinha caipira, ovos, hortaliças, limão, abacate.	Galinha caipira, ovos, hortaliças.	Galinha caipira, ovos, hortaliças, limão, abacate.
102	Hortaliças, doces, abobora, mandioca, mel, gado.	Hortaliças, mel, mandioca, gado.	Hortaliças, doces, abobora, mandioca, mel.
103	Hortaliças, limão, mandioca.	Hortaliças, mandioca.	Hortaliças, limão, mandioca.
112	Abobrinha, leite, ovos, galinha caipira, gado.	-	Abobrinha, leite, ovos, galinha caipira.
115	Hortaliças, galinha caipira, limão, doces em potes, conservas.	Galinha caipira.	Hortaliças, Galinha caipira, limão, doces em potes, conservas.

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

A pesquisa revelou que apesar do solo do Assentamento Guaícurus possuir afloramento de rocha, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura em alguns lotes, esse não tem sido um desestímulo para os assentados continuarem lidando com a terra. Todavia, como já dito



anteriormente, no assentamento há incidência da pecuária é alta, mesmo em áreas mais planas. Nesse sentido um dos entrevistados declara que: “a localidade do assentamento é um local acidentado, porém o PH do solo é fértil, tem alguns lotes que a terra é bem fértil, não tem uma pedra” (Informação Verbal)<sup>54</sup>

Desse modo, entendemos que nos lotes onde há acidez do solo e afloramento rochoso a agricultura fica praticamente inviabilizada. Isso tem feito com que muitos assentados optem pela criação de gado.

Com base em dados tabulados verificamos no quadro 5 que dentre os entrevistados, nove por cento (9%) tem trabalho assalariado, dois por cento (2%) atua no comércio, os que dizem receber o benefício Bolsa família é apenas três por cento (3%), onze por cento (11%) disseram que criam gado, cinco por cento (5%) diz receber aposentadoria e trinta e cinco por cento (35%) está vinculado a Feira do Produtor Rural, verificou-se que por mais que o assentado tenha uma renda fixa, como aposentadoria, ou trabalhos em fazendas tem como base a feira do produtor.

**Quadro 05:** Formas de obtenção de renda das famílias assentadas, Assentamento Guaícurus

Assentados entrevistados (nº)	Feira do Produtor Rural	Aposentadoria	Trabalho assalariado/particular/ diárias em fazendas	Benefício Social
01	300,00	-	700,00	-
02	640,00	-	-	240,00
09	350,00	-	700,00	-
10	800,00	-	-	-
11	400,00	-	400,00	180,00
15	800,00	-	-	-
17	880,00	-	-	-
19	300,00	-	600,00	-
20	500,00	1.500,00	500,00	-
33	350,00	-	880,00	-
35	800,00	-	-	-
39	500,00	880,00	-	-
42	400,00	-	800,00	-

<sup>54</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 15/10/2016)

54	400,00	880,00	-	-
72	400,00	-	800,00	-
95	380,00	880,00	-	-
102	400,00	1.500,00	600,00	-
103	400,00	-	400,00	-
112	250,00	880,00	-	-
115	300,00	-	700,00	-

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Analisando os dados apresentados no quadro 05 referente ao Assentamento Guaicurus, verificamos que a renda obtida por meio da comercialização dos produtos na feira do Produtor de Bonito-MS, varia entre 250,00 a 880,00 reais, sendo esta predominante. Em segundo lugar vem a renda obtida com o trabalho assalariado/particular, em terceiro a aposentadoria e por último o benefício social do governo. Observamos que dos vinte (20) entrevistados onze (11) tem trabalho assalariado/particular e seis (6) entrevistados recebem aposentadoria. Em relação a importância da feira, os assentados entrevistados afirmaram que a mesma contribui muito na renda, uma vez que há assentado que tira o sustento só da feira é o caso dos assentados/entrevistados 10, 15, 17 e 35, representados no quadro supracitado.

### **3.5. A inserção da produção dos assentados na Feira do Produtor Rural e sua importância para garantir a geração de renda e permanência na terra**

Neste subitem nos pautaremos diretamente na Feira do Produtor Rural e nos assentados que participam dela toda semana comercializando seus produtos. A Feira do Produtor contempla mais três assentamentos além dos que analisamos, são eles: o Girassol, o Pé de Cedro e o São José, bem como algumas propriedades privadas de agricultores familiares tradicionais (chácaras).

No ano de 2015, quando fizemos os primeiros levantamentos observamos nos boxes, que os assentamentos com maior representatividade em termos de número de assentados participantes na Feira era os Assentamentos Santa Lúcia e Guaícurus. Este foi um critério que nos motivou a desenvolver a pesquisa com ambos (Figura 18).



**Figura 18.** Assentados e propriedade privada comercializando suas verduras

**Fonte:** SILVA, 2016. Pesquisa de campo.

A Feira funciona todos os sábados das seis horas da manhã as onze horas e trinta minutos.

Os produtos em destaque na Feira são verduras, doces, conservas, bolos, pães caseiros, mandioca, milho verde, abobora moranga, banana, limão, legumes, tomates entre outros inúmeros produtos. As frutas e verduras são sempre muito frescas e com pouca ou nenhuma adição de produtos químicos, o que garante alimento saudável e com qualidade na mesa da população que consome.



Cem por cento (100%) dos entrevistados declararam que a Feira do Produtor Rural é de fundamental importância para a comercialização de seus produtos, bem como para a geração de renda das famílias assentadas.

Na (figura 19) é possível verificar que além de verduras e frutas há uma gama de produtos processados nos assentamentos, que são comercializados na Feira.



**Figura 19.** Comercialização de doces de potes, conservas e frutas do Assentamento Santa Lúcia e Guaícurus.

**Fonte:** SILVA, 2016. Trabalho de Campo.

Para os assentados a feira é um local de aconchego, trabalho e de encontro. Como ressalta um dos entrevistados *“há a feira é lugar onde me refúgio aos sábados, eu vendo bem, sempre vendi, as verduras é o que mais sai, eu gosto deste lugar, afinal quem não gosta. Quando chega sexta-feira já arrumo minhas coisinhas, já fico pronto para vir.* (Informação Verbal)<sup>55</sup>”

---

<sup>55</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 05/08/2016)

Por muitos anos os assentados buscaram um local fixo, onde pudessem comercializar seus produtos e verduras. Isso só veio a se concretizar devido à força e união dos mesmos.

Atualmente a Feira precisa de alguns ajustes, tais como colocar box na praça de alimentação, mais para isso o poder municipal tem que atuar junto aos assentados.

Há uma associação específica para organizar a feira, atualmente o presidente é o Senhor Junior Rodrigues. Cabe salientar que o relacionamento entre os assentados e o presidente é tranquila, todos devem estar associados, contribuir com um valor mensal para deixar a feira limpa e organizada para poderem trabalhar. São regras estabelecidas em reuniões mensais, que os mesmos precisam seguir. De acordo com a representante Silvana<sup>56</sup>, a SEPRODS dá total liberdade, para o presidente e os feirantes, não intervindo em questões decididas entre os mesmos.

### **3.5.1 A importância da Feira do Produtor na geração de renda dos assentados dos Assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus**

Ao observar os quadros 3 e 5 (apresentadas anteriormente), verificamos que a renda de grande parte das famílias entrevistadas em ambos assentamentos advém da Feira do Produtor Rural, seguida de aposentadoria, a qual varia de R\$ 800,00 até dois salários mínimos e meio. É interessante ressaltar que no Assentamento Santa Lúcia, dos 15 entrevistados apenas (02) diz receber o benefício social Bolsa família que varia de R\$ 47 reais por pessoa.

Os assentados entrevistados vivem em uma condição no assentamento razoável em termos de segurança alimentar<sup>57</sup> e de manutenção dos gastos da família.

Em se tratando dos problemas enfrentados pelos assentados em relação a feira, cabe destacar como principal a praça de alimentação que não possui boxes e sim tendas, tanto os assentados quanto o presidente da feira fala que é necessário uma praça de alimentação adequada para atender os clientes bonitenses e turistas.

---

<sup>56</sup> Secretária de Produção e desenvolvimento Rural

<sup>57</sup> Conjunto de normas de produção, transporte e armazenamento de alimentos visando determinadas características físico-químicas, microbiológicas e sensoriais padronizadas, segundo as quais os alimentos seriam adequados ao consumo. Disponível em <amar-bresil.pagesperso.orange.fr/html>

### 3.5.2. O uso de financiamentos no Assentamento Santa Lúcia

De início o Assentamento Santa Lúcia conseguiu financiamento tais como ferramentas, máquinas, mangueira galvanizada, tijolos de oito furos, gado, mandioca, assistência técnica entre outros. No primeiro momento de financiamento todos conseguiam de alguma forma financiar algo para que pudesse ser útil e que pudesse colocar o lote em ordem e se estruturar.

No universo investigado apenas seis (06) dos 15 entrevistados teve financiamento pelo PRONAF A, com base na justificativa de um dos assentados, aqueles que não obtiveram o recurso:

Muitos aqui não tem financiamento por medo, os que tiveram foi no início a mais de 5 anos atrás quando começamos e entramos no assentamento, alguns não pode porque o nome é sujo, o lote irregular, eles não financiam nada com o nome sujo, eu já tive financiamento na época eu consegui 9 mil e 500 reais, isso foi a 7 anos atrás, eu acho isso bom, mais no momento eu não financiaria por medo do governo (Informação Verbal)<sup>58</sup>

Cabe destacar que o Programa PRONAF é uma política pública voltada para o homem do campo, produtor rural, agricultor familiar, tendo como foco financiar a produção, estimulando a geração de renda e a melhoria do uso da mão de obra familiar.

### 3.5.3. Uma análise da satisfação do Assentamento Santa Lúcia em relação à renda obtida

Os assentados que não comercializam na Feira do Produtor Rural e que não são aposentados, trabalham em fazendas vizinhas e na cidade, em lojas de roupas, por exemplo. No entanto, dos quinze (15) entrevistados do Assentamento Santa Lúcia todos comercializam na Feira do Produtor Rural, garantindo então a reprodução da vida e a condição camponesa.

Ainda com relação à renda familiar, cabe enfatizar percentualmente dentro do universo investigado, quantos assentados declararam ter renda suficiente e renda insuficiente (Gráfico 01).

---

<sup>58</sup> Informação verbal (Assentada entrevistada dia 07/07/2016)

### Assentamento Santa Lúcia Renda familiar

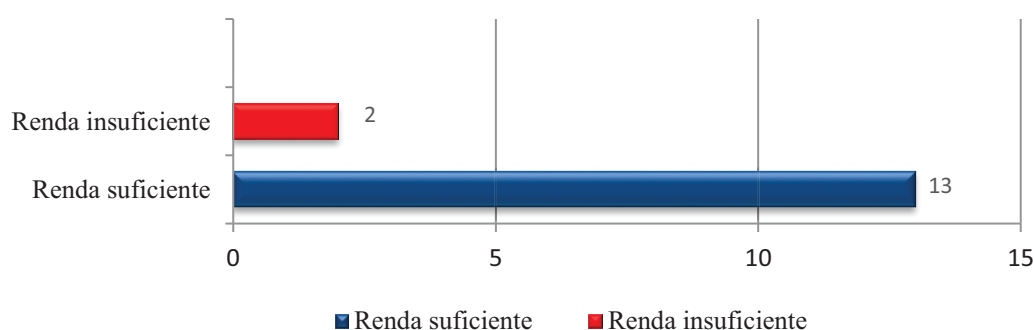


Gráfico 01: Grau de satisfação dos assentados entrevistados em relação a renda obtida na Feira do Produtor Rural, Assentamento Santa Lúcia.  
Fonte: SILVA, 2016

Analisando o gráfico verificamos que do total de assentados investigados, (2) declararam que a renda obtida com a comercialização de seus produtos na Feira do Produtor é insuficiente, isso quer dizer que tiram mais ou menos um salário mínimo por mês. A justificativa de um dos assentados neste sentido é que: *“a feira é muito importante para nós, aqui trabalhamos todos os sábados, como temos 4 sábados por mês, as vezes vendo bem, que tiro quase R\$ 200 reais por dia, outras vezes não consigo tirar isso, quando chega no fim do mês tenho que fazer bicos para poder completar o salário, e pagar as contas. (Informação Verbal)”*<sup>59</sup>

A justificativa dos entrevistados que afirmaram ter renda insuficiente é devido a dias bons e ruins na comercialização de seus produtos na Feira, no entanto (13) dos entrevistados afirmam ter renda suficiente para o sustento da família e a base seria a Feira do Produtor Rural.

No caso dos entrevistados do Assentamento Guaícurus, assim como os do Assentamento Santa Lúcia, a principal fonte de renda também é a Feira do Produtor, seguida de aposentadoria e diárias em fazenda. Alguns têm trabalho fixo dentro do próprio assentamento, onde o salário varia de R\$ 880,00 a três salários mínimos.

Nesse caso cabe destacar a fala de um dos assentados entrevistados, que declarou:

<sup>59</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 05/08/2016)

[..] na semana eu tenho meu trabalho no assentamento, trabalho de segunda a sexta na escola, sou concursado no município, gosto muito do que faço, porém não abro mão dos meus sábados é muito gratificante para mim a feira, o dinheiro que eu tiro aqui é um complemento na minha renda, mesmo se eu não vendesse no dia, sairia daqui contente porque esse lugar é bom demais” (Informação Verbal)<sup>60</sup>

O que foi observado ao longo da investigação foi que no Assentamento Santa Lúcia ninguém declarou receber o benefício social Bolsa Família. Assim, consideramos que as vinte (15) famílias entrevistadas obtém renda a partir do que comercializam na Feira do Produtor, aposentadoria, vendas de gado e trabalho assalariado.

### 3.5.4 Obtenção de financiamentos no Assentamento Guaícurus

O assentamento Guaícurus quando foi criado em 1986, a maior parte dos assentados acabou financiando algo. Como destacou o assentado entrevistado *“no começo a maior parte dos assentados financiaram dinheiro, ferramentas, gado, tijolos. O INCRA na época nos ajudou a fazer o financiamento, na época não era o PRONAF, era outro órgão, passou um tempo alguns fizeram financiamento pelo PRONAF”* (Informação Verbal)<sup>61</sup>

Dos vinte (20) entrevistados, dez (10) afirmara ter feito financiamento do PRONAF, PRONAF A. Declararam ainda que assim tiveram mais facilidade para aprimorar as condições do lote. Nesse sentido um dos assentados declarou:

Fiz o financiamento pelo PRONAF A, há 8 anos atrás e gostei bastante fiz um financiamento de sete mil reais, paguei certinho. Fiz bastante coisa no meu lote, cerquei, coloquei algumas cabeças de gado, comprei alguns tijolos, tem um prazo para começar a pagar a primeira parcela. (Informação Verbal)<sup>62</sup>

Segundo dados do Banco Central do Brasil<sup>63</sup> *“o Programa financia projetos, individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária”*. Foi observado no universo investigado que aqueles que realizaram financiamento, foi pela linha de crédito do PRONAF A, à qual é destinada aos agricultores de baixa renda, para desenvolvimento de *“[...] atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.”*

---

<sup>60</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 05/08/2016)

<sup>61</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 05/11/2016)

<sup>62</sup> Informação verbal (Assentado entrevistado dia 05/11/2016)

<sup>63</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ> acesso dia 06/11/2016



### 3.5.5. Uma análise da satisfação do Assentamento Guaicurus quanto à renda obtida junto a Feira do Produtor

O gráfico abaixo remete a porcentagem de famílias entrevistadas, que declararam ter a renda suficiente e insuficiente no Assentamento Guaicurus.

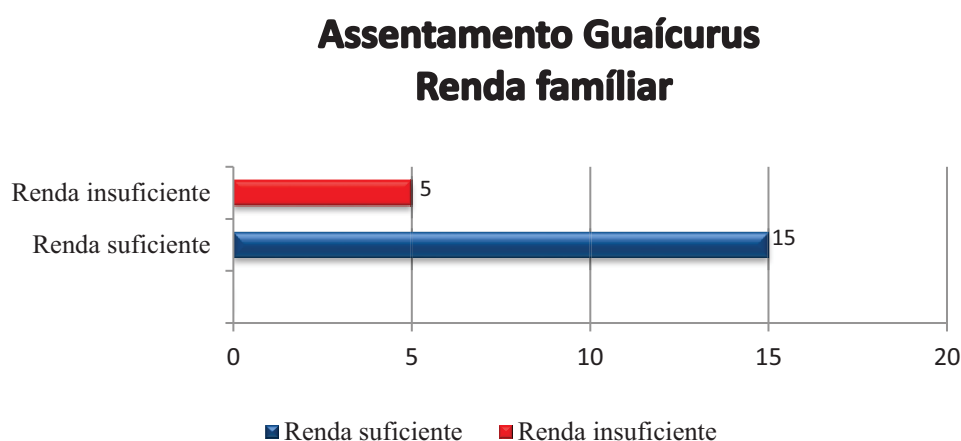


Gráfico 02: Grau de satisfação dos assentados entrevistados em relação a renda obtida na Feira do Produtor Rural, Assentamento Guaicurus.

Fonte: SILVA, 2016

Dos vinte (20) entrevistados, (15) declararam ter renda suficiente para o sustento de sua família. A título de exemplo, uma das assentadas entrevistadas declarou que sua renda é obtida diretamente da Feira do Produtor, e que complementa a renda fazendo diárias em fazenda e aposentadoria. Assim, chega a obter um salário mínimo mensal. Vale ressaltar que no assentamento encontramos diferentes realidades sociais, como declarou a assentada, para ela a feira é mais que um ponto de encontro é o seu lugar de trabalho onde tira o sustento através da venda de seus produtos.

Para os que declararam ter renda insuficiente (5), a justificativa é que a renda obtida da Feira não cobre as despesas, pois as vendas nem sempre são suficientes, teria que ter outro trabalho para poder suprir a demanda familiar e pagar as contas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta etapa, para não concluir, buscamos fazer algumas considerações. A presente pesquisa possibilitou analisar a evolução dos movimentos sociais e a luta pela terra em vários seguimentos. A discussão em Mato Grosso do Sul ao longo de seu processo histórico, com destaque para a questão agrária, a reforma agrária, a luta pela terra, o processo de desterritorialização e reterritorialização e a formação dos assentamentos e seus desdobramentos.

Foi possível apreender que o que está enraizado na sociedade brasileira é o processo da constituição da propriedade privada da terra e conseqüentemente a má distribuição da

Apreendemos ainda o processo de desenvolvimento capitalista no campo, o uso de máquinas e insumos, promoveram além da concentração de terra e de capital a expropriação dos camponeses que foram forçados a sair do campo e a vivenciar nas periferias das cidades um conjunto de dificuldades, tais como miséria, exclusão social, desemprego, violência dentre outras. Neste contexto surgiram os movimentos sociais de luta pela terra, dando origem a inúmeros assentamentos de reforma agrária, a exemplo dos dois assentamentos investigados.

Constitui-se assim a criação dos assentamentos, com a intenção de amenizar focos de tensões geradas por movimentos sociais e acampamentos à beira das rodovias. Buscamos compreender ainda as condições de vida e produção dos assentados após a conquista da terra. A luta e a resistência que se trava para continuar nela, tendo em vista que depois que adquire a terra alguns assentados ainda se encontram em dificuldades financeiras e de assistência técnica para se desenvolver socioeconomicamente no seu lote.

A pesquisa nos assentamentos estudados possibilitou compreender que há complexidade nas relações sociais entre os assentados, bem como a fragmentação entre esses sujeitos, que se reflete do ponto de vista da convivência, da organização e da construção de projetos coletivos.

O Assentamento Santa Lúcia sobressai ao Guaícurus, uma vez que o Projeto Pé de Serra ainda permanece enraizado no assentamento, mesmo não tendo a participação do todo. Pudemos observar no trabalho de campo que há dificuldades financeiras, mas nem por este motivo alguns deixaram o coletivo.

As dificuldades que enfrentaram no início dos assentamentos conduziram muitos assentados a desistirem de seus lotes e venderem para terceiros, mesmo cientes de que estavam cometendo irregularidades perante as normatizações e o Incra. Fatores tais como adaptação à terra, busca por condições melhores de vida, dificuldades financeiras, entre outros são usados

como justificativa para a venda de lotes, logo, a terra é transformada em mercadoria e vendida, realidade presente em ambos os assentamentos investigados.

No entanto a partir da realização da presente pesquisa, foi possível perceber que houve um avanço em ambos os assentamentos, em questão de desenvolvimento rural. Constatamos que a base econômica do Assentamento Guaícurus é a pecuária, apesar de alguns assentados desenvolverem alguns cultivos e criação de pequenos animais para o autoconsumo. No Assentamento Santa Lúcia predomina a agricultura de base familiar voltada para o autoconsumo e a comercialização do excedente.

Foi possível apreender ainda o papel e a importância da Feira do Produtor Rural para as famílias assentadas, do ponto de vista da organização coletiva em torno da produção e da geração de renda, além de se constituir um espaço de convivência social, de troca de experiências para os feirantes e de lazer e compras para a comunidade de Bonito-MS.

Mediante o exposto e a apreensão da realidade vivida no âmbito dos dois assentamentos faz-se importante destacar a necessidade de uma reforma agrária que tenha como base não apenas criar assentamentos, mais sim promover o desenvolvimento rural mais amplo, com enfoque na agricultura de base familiar e na permanência das famílias no campo, uma vez que a agricultura capitalista está se expandindo e se territorializando em espaços que poderiam continuar sendo explorados pela agricultura camponesa e pelas comunidades indígenas.

Assim, entendemos que é necessário que haja uma reforma agrária justa, que atenda os assentados de modo a oferecer além da terra, mais subsídios e condições para que os mesmos possam permanecer na terra em condições dignas de produção, de geração de renda e de reprodução da vida no campo.

Concluimos, sem a pretensão de concluir, com a expectativa de que este trabalho possa contribuir com o desenvolvimento de outras pesquisas em prol da reflexão e de questionamentos acerca da reforma agrária, da luta e resistência camponesa em torno da terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALVES, A.F; CORRIJO, B.R; CANDIOTTO, Z.P (org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 256 p.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em <file:///C:/Users/sol\_f/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf> acesso sai 08/12/2016 às 18h20min

BRASIL. **Programa de turismo Rural na Agricultura Familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdf>. Acesso em: 12 de Junho de 2016 às 20h: 51 min.

BOMBARDI, L. M. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003.

BUESCU, Mircea **Um programa de trabalho para a história econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, APEC, 1988. Disponível em <http://www.cdpb.org.br/mircea\_buescu.pdf> acesso dia 17/12/2016 às 19h e 43min

BUESCU, Mircea. **Capítulos da História dos Preços 1889-1913**. Rio de Janeiro, APEC, 1988. Disponível em <http://www.cdpb.org.br/mircea\_buescu.pdf> acesso dia 17/12/2016 às 19h e 39min

BUESCU, Mircea. **O Reerguimento Econômico**. in: Revista de Informação Legislativa. Brasília, jul./set., 1988. Disponível em <http://www.cdpb.org.br/mircea\_buescu.pdf> acesso dia 17/12/2016 às 19h e 39min

BRAZIL, M. do. C; TREVIZAN, M.B. **ESCOLA NOS ERVAIS: Apontamentos para uma leitura sobre a escolarização da infância na fronteira Brasil Paraguai (1923-1931)**. 2013 Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1366742423\_ARQUIVO\_ESCOLANOS\_ERVAIS-1.pdf> acesso dia 28/10/2016 às 15h e 56min.

BRUMER, A. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo Sul do Brasil (1978-88)**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11 (1): 1990 p. 124-142 Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/762/1021> acessado dia 14/08/2016 às 17h:30min.

CALDART, R. S. **Pedagogia dos movimentos Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARLI, M. A. F. **A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1953)**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História – Londrina, 2005.

\_\_\_\_\_. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo: Sept./Dec. 2001 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)> acessado dia 20/10/2016 às 15h:38min

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Territorialização e uso do espaço: estudo sobre as formas de ocupação e uso do espaço entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul**. In: 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, PA: 2010.

\_\_\_\_\_. **COLONIALISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: A luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 433 f. Tese (Doutorado em História). UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2013.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DIAS, J. **As potencialidades paisagísticas de uma região cárstica: o exemplo de Bonito, MS**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente, 1998, 183 p.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei da agricultura familiar**. 2006 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> acessado dia 12/06/2016 às 21h: 17min

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa do Solo. Levantamento de reconhecimento dos solos do sul do Mato Grosso**. Rio de Janeiro, 1971. 839p.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6661>> acessado dia: 30/07/2016 às 20h:33min

FERNANDES, B.M. **“A formação do MST no Brasil”**, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro**. Presidente Prudente – SP Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273284, 2005.

\_\_\_\_\_. **Território**. Brasil em Números (Edição em Inglês. Impresso), Rio de Janeiro, v. 13, p. 3545, 2005. Citações: 1

\_\_\_\_\_ ; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C (org). **Geografia Agrária teoria e poder**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN. Antonio, Marcio. Luta pela Terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. 1º ed. São Paulo: Unicamp, 2008.

FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, **Projeto Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**, 2004. Disponível em <<http://www.fundacaoneotropica.org.br/noticias/fundacao-neotropica-recebe-visita-da-conservacao-internacional-do-brasil>> acessado dia 02/06/2016 às 13h: 50 min.

GALBRAITH, John Kenneth. 1929: **A Grande Crise**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010 (189 Páginas).

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. Estudos Sociais e Agricultura**. Nº 12, abril 1999: 148-168 Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/guilen12.htm>> acesso dia 27/10/2016 às 15h e 09min.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **A questão agrária**. In: Atlas da questão agrária Brasileira. Presidente Prudente; Unesp, 2009. Disponível em: <[www2.fct.unesp.br/ner/atlas/index.htm](http://www2.fct.unesp.br/ner/atlas/index.htm)> acesso em: 15/07/2015 às 13h: 38 min.

HESPANHOL, R. A de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 264 p., Rio Claro, tese (doutorado em Geografia) UNESP, 2000.

HESPANHOL, A.N. **O desenvolvimento do campo no Brasil**. In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C (org). Geografia Agrária teoria e poder. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – **Plano de Desenvolvimento Sustentável Projeto de Assentamento Santa Lúcia**, Bonito/MS, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. Otto E. W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LACERDA, L. **Agro industrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito/MS**. 2007. Disponível em: [www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo52.pdf](http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo52.pdf) acessado dia: 20/04/2016 às 14h: 30 min.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** Trad. Maria Betariz Miranda Lima. São Paulo: Debates, 1980.

LIMA, A.B. **Campesinato em movimento: Análise da ação do estado e das estratégias autônomas de desenvolvimento no campo.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 57. São Paulo, 2010.

MARTINS, J.S. **O Cativo da Terra.** 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro, Fase. 1988.

MOREIRA, Roberto José. **Parceira e os negócios do coronel: Trabalho familiar residente e competição no complexo rural.** In: Moreira, RJ. **Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. (135-156)

MOREIRA, Rui. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense. 1990. P,11.

OLIVEIRA, A, de. **O modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFCH 2007. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro\\_ariovaldo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_ariovaldo.pdf)> acesso dia 12/06/2016 às 20h:12min

MOTA, J.G.B. **A Questão Agrário/Agrícola no estado de Mato grosso do Sul: relações de trabalho e luta pela terra.** XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-20. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mota\\_JGB.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mota_JGB.pdf)> acesso dia 28/10/2016 às 13h e 51 min.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção na agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e Indústria no Brasil.** In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, São Paulo: AGB, 1981.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Editora Ática, 1990. (Princípios).

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991

PEREIRA, M.G. **Caracterização e classificação de solos em uma topossequencia sobre calcário na Serra da Bodoquena.** Ver. Bras. Ciênc. Solo vol. 37 n° 1 Viçosa Jan./ Feb. 2013 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-06832013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832013000100003)> acesso em 10/12/2016 às 19 h e 18 min



PEREIRA, R. F. C. **Modernização da agricultura no Brasil e as transformações da agricultura familiar.** SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL on line – v.4, n. 1 – Jun – 2010. Disponível em <[www.inagrodf.com.br/revista](http://www.inagrodf.com.br/revista)> acesso dia 19/10/2016

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **O que é agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em 06/08/2016.

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder,** São Paulo, Editora Ática, 2011.

SANTANA JUNIOR, J. M. **A reserva indígena de dourados-ms: considerações iniciais sobre o modo de vida guarani.** EGAL 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/54.pdf>

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (coleção primeiros passos)

SILVA, A. A. ; FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Luta pela Terra.** Reforma Agrária, São Paulo, v. 32, p. 85 106, 2005.

SILVA, Jovam Vilela da. **A multiface da empresa Mate Laranjeira: um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 – 1950).** PUC, Porto Alegre. 1982.

SILVA, Walter, Guedes da. **Controle e domínio territorial no sul do estado de mato grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Laranjeira no período de 1883 a 1937.** AGRÁRIA, São Paulo, No. 15, pp. 102-125, 2011 Disponível em : <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/79014/83087> acesso dia 24/10/2016 às 16h:58min

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O pivô da questão”.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

## SITES CONSULTADOS

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8738-3-maio-2016-782994-publicacaooriginal-150243-pe.html>> acesso dia 05/11/2016 às 20h e 20 min.

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> acesso dia 03/11/2016 às 11h e 26min.

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8147-ires038-16072009-1-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8147-ires038-16072009-1-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192)> acesso dia: 05/11/2016 às 15h e 57min.

Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> acesso dia 04/11/2016 às 18h e 54min.

Disponível em <[amar-bresil.pagesperso.orange.fr/html](http://amar-bresil.pagesperso.orange.fr/html)> acesso dia 06/11/2016 às 15:35 min.

Disponível em: <[http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)> acesso dia 20/10/2016 às 13h e 44min.

Disponível em <<http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Jocimar%20Lomba%20ALBANEZ.pdf>> acesso dia 28/10/2016 às 14h e 13min.

Disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1366742423\\_ARQUIVO\\_ESCOLANOS\\_ERVAIS-1.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1366742423_ARQUIVO_ESCOLANOS_ERVAIS-1.pdf)> acesso dia 28/10/2016 às 12h e 24min.

Disponível em <[http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads)> acesso dia 23/10/2016 às 20 h e 54min.

Disponível <[http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads)> acesso dia 23/10/2016 as 21h e 21 min.

Disponível em <[http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads)> acesso dia 24/10/2016 as 15h e 45 min

Disponível em <[http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp\\_14\\_Bombardi.htm](http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm)>

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm)> (Publicação Completa em formato pdf)> acesso dia 30/10/2016

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750> acesso dia 30/10/2016

Disponível em: <https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuario-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais/> acesso em 30/10/2016

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pap> acesso em 30/10/2016

Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/plano\\_safra](http://www.mda.gov.br/sitemda/plano_safra) acesso em 30/10/2016

Disponível em: <http://agroecologianopontal.blogspot.com.br/p/parcerias.html> acesso em 30/10/2016

Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-06832013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832013000100003) acesso em 10/12/2016 às 19 h e 18 min

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf> acesso dia 08/12/2016 às 17h36min

Disponível em <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/79014/83087> acesso dia 08/12/2016 às 17h:45min (companhia mate laranjeira)

Disponível em

<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1808/1067> acesso dia 08/12/2016 às 18h05min (Ligas camponesas)

Disponível em [file:///C:/Users/sol\\_f/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf](file:///C:/Users/sol_f/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf) acesso sai 08/12/2016 às 18h20min (Modernização da agricultura)

Disponível em

[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_iv\\_epct/PDF/ciencias\\_exatas/01\\_CARA\\_FRAN%C3%87A.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRAN%C3%87A.pdf) dia 08/12/2016 às 18h30min (Processo de industrialização)

Disponível em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> acesso dia 13/12/2016 às 15h e 20min

## ANEXOS

**Relação dos contemplados com os lotes Projeto de Assentamento Santa Lúcia**

<b>Nº Lote</b>	<b>Titular</b>	<b>Nº Pessoas</b>
01	Claudemir Pereira Siqueira	1
02	Francisco Marques Alves	6
03	Vitor Pereira Martimiano	3
04	Manoel Peneiro de Almeida	3
05	Mamede Aivi	3
06	Nelson Antonio Tumeleiro	3
07	José Muniz da Silva	5
08	Ramão Gomes dos Santos	4
09	Ednalva Gomes	3
10	Sindolfo Pinto Pinheiro	3
11	Antonio da Silva	2
12	Albino Aivi	4
13	José Gomes Pedrosa	6
14	José Fatimo Martins	1
15	Benjamimm Maldonado	4
16	Anizio Benicio da Silva	5
17	José Alves Feitosa	7
18	Silvio Sebastião da Silva	2
19	Josemiro Pereira dos Santos	4
20	Martimiano Ferreira Montiel	2
21	Mintom Santana	5
22	Maria de Jesus Fernandes	4
23	Maria Nirce da silva	2
24	Izaías Barreto Viana	6
25	Marta Marinho	4
26	Fabio Alves Camandaroba	1
27	Carlos Alberto de Almeida	4
28	João Bispo	3
29	Antonio Simão Lopes	3
30	Elicio da Rosa	1

31	Saturnino Cardoso	1
32	Adail Orosco	3
33	Ivonaldo Alves Vercosa	3
34	Elbio Antunes Farias	5
35	Osvaldo Mauricio da Silva	3
36	Antonio Marques Ferreira	6

Fonte: INCRA- Jardim /2016



**Relação dos contemplados com os lotes Projeto de Assentamento Guaícurus**

<b>Lote Nº</b>	<b>Nome dos beneficiários</b>	<b>Nº do processo</b>
1	Sebastião Francisco de Oliveira	519/86
2	Agostinho Fernandes da Silva	453/85
3	Euzébio de Almeida Guedes	657/86
4	Cícero Domingos	510/85
5	João Carlos de Alcântara	459/85
6	Edgar dos Santos	455/85
7	João Caetano da Silva	462/85
8	José Evangelista da Silva	460/85
9	Aparecida Ferreira dos Santos	503/86
10	Pascoal de Souza	463/85
11	Jão Batista S. Antunes	512/85
12	Isabel Verginio de Matos	530/85
13	Juliano Dias do Vale	511/85
14	Mario Ortiz	529/85
15	Josias Marques Correa	525/85
16	Benedito Luiz mendes	760/85
17	Maria José Bispo	528/85
18	Silvania Gomes da Silva	501/86
19	Oswaldo Araújo da Silva	533/85
20	Antenor Pedro da Silva	124/92
21	Ailton P. dos Santos	522/85
22	João Rodrigues Lopes	542/85
23	Aparecida de Souza	509/85
24	Percilia Rosa Faber	098/92
25	Joaquim Dias da Silva	502/86
26	José Raimundo	513/85
27	José Antonio da Silva	515/85
28	Ângelo Armoa Ramiro	126/87
29	Afonso Francisco Tomaz	507/85

30	José Aguinaldo Dias	036/87
31	Deolindo M. dos Santos	518/86
32	Pedro Mendes Lins	520/85
33	Vicente Lins Neto	1228/87
34	Aparecido Ferreira Galdino	520/86
35	Adair Fernandes da Silva	497/86
36	Delvina Soares da Silva	266/88
37	João de Souza Batista	526/85
38	José dos Reis	764/85
39	Reinaldo da Conceição	765/85
40	José Marques F. Filho	529/86
41	José Aparecido Pereira	128/87
42	Geraldino Gimenez da Silva	258/88
43	Joana Brito Machado	532/86
44		
45	Carlos Medeiros Jacques/ remanejado PA-Campina	523/86
46	Idalina Dias/ Remanejado PA- Campina	533/86
47	Geraldo Eloy de Oliveira/ remanejado PA- Campina	122/87
48	Sebastião Gomes Jardim	131/87
49	Francisco dos Santos/ remanejado PA- Campina	761/85
50	Ailton Alves de Souza/ remanejado PA- Campina	034/87
51	Jerônimo da Silva Brito / remanejado PA- Campina	530/86
52	Pedro Moreira Costa	483/86
53	Raimundo José da Cruz	464/85
54	João Francisco de Oliveira	514/84
55	Heraldo Zavaski	456/85
56	José Ademar Mariano	475/86
57	Geraldo Pedro da Silva	472/86
58	Francisco de Souza da Silva	471/86
59	Benedito Rosa	230/88
60	Aparecido Ribeiro da Silva	465/86
61	Sebastião A. da Silva	118/87
62	Joaquim Manoel Julio	476/86

63	Ernandes Roque Sacramento	064/88
64	Donato Soares de Souza	499/86
65	Maria Aparecida de Paula Souza	136/87
66	Maria Gregoria da Silva	129/87
67	Francisco da Luz	130/87
68	Narciso Alves de Souza	039/87
69	Joaquim Alves Pereira	035/87
70	Laurindo Altmeyer	038/87
71	Dejalmir S. Silva	124/87
72	Cícero Dias da Silva	133/87
73	Anna de Aguiar	168/88
74	Joé Fernandes de Oliveira	065/88
75	Valdemir Costa	473/86
76	Antonio Soares de Oliveira	466/86
77	Militão Pereira de Oliveira	527/86
78	Donizete Alves de Souza	468/86
79	Antonio Rogério dos Santos Rosa	116/87
80	Airton d Silva Rondon	465/86
81	Salvador Alves	470/86
82	Milton da Silva Rondon/ remanejado PA- Campina	482/86
83	Amado Alves dos Santos	464/86
84	Hilário Dutra Ferraz	500/86
85	Maria Rosa de Oliveira/ remanejado PA- Campina	272/92
86	Antonio Cabral Barbosa	484/86
87	Juarez Granjeira	478/86
88	Ateclinio Jose Queiroz	521/86
89	Maria Bento da Silva	257/92
90	Gilberto Fernandes de Oliveira	524/86
91	Wanderlei Walter Weber	488/86
92	Wlademir Walter Weber	052/92
93	Manoel Alves da Silva/ remanejado PA- Campina	135/87
94	Leolino Dutra Ferraz	526/86
95	Natalino L. Gonçalves	480/86

96	Abmael Alves de Araujo	923/87
97	Juarez de Jesus da Silva	037/87
98	Francisco Gonçalo da Silva	120/87
99	Erico Alves de Oliveira	
100	José Alves Pereira	1229/87
101	Jair Luiz Caetano	134/87
102	José Antonio Morreira	486/87
103	Luiz Eduardo Dias da Silva	481/86
104		
105	Jonas da silva Rondon	295/92
106	Ivo Vanzella	474/86
107	João Paulino da Silva	132/87
108	Clovis Bento de Souza	498/86
109	Orlando Bento de Souza	528/86
110	Vivaldo Pedro Dias	487/86
111	Lorival Ribeiro	479/86
112	Advilson Batista dos Santos	508/85
113	Adão Joaquim de Souza	521/85
114	Gentil Santana	523/85
115	Paulo Gonzales	123/87
116	Natalino de Souza	531/85
117	Pedro Francisco Tomaz	534/85
118	João Alves da Silva	524/85
119	Antonio Barbosa de Souza	454/85
120	José Araujo Neto	457/85
121	José Cesário dos Santos	127/87
122	Domicio C. Oliveira	518/86
123	José Barbosa de Araujo	762/85
124	José Ângelo de Souza	458/85
125	Manoel Raimundo Neto	516/85
126	Oseas Francisco dos Santos	532/85
127	Paulo Domingos	517/85
128	José de Souza	461/85

129	Adaurindo Bernades Tavares	522/86
130	Aparecido Barbosa	169/88

Fonte: INCRA-Jardim, 2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL****CURSO DE GEOGRAFIA****QUESTIONÁRIO SOCIOECONOMICO - ASSENTAMENTOS SANTA LÚCIA E GUAÍCURUS****ACADÊMICA:** Solange da Silva**ORIENTADORA:** Ana Maria Soares de Oliveira

Nome: \_\_\_\_\_ Lote: \_\_\_\_\_

01. Local de origem: \_\_\_\_\_

02. Quantos anos o senhor (a) tem ? \_\_\_\_\_

03. Estado civil: ( ) casado (a) ( ) solteiro(a) ( ) viúvo (a) ( ) amasiado(a) outro ( )

04. Número de filhos: \_\_\_\_\_ Quantos moram no lote: \_\_\_\_\_

05. Forma de posse: ( ) Luta pela terra ( ) Comprador ( ) Arrendatário

06. O senhor (a) ficou acampado antes de vir para o Assentamento ?

07. O senhor (a) é o primeiro (a) dono (a) do lote ?

( ) sim ( ) não

08. O senhor (a) venderia seu lote ?

( ) sim ( ) não. Porque?



09. Por que o senhor (a) acha que o primeiro dono (a) vendeu o lote ?

---

---

---

10. Qual o tipo de renda familiar: ( ) aposentadoria ( ) pensão ( ) arrendamento de pasto ( ) diaristas em fazendas ( ) sobreviventes somente da renda da propriedade Comercialização na Feira do Produtor Rural ( )

11. A vida do senhor(a) melhorou após entrar na terra?

12. Já teve algum financiamento?

( ) sim, qual \_\_\_\_\_

( ) não

13. Qual é a sua renda mensal ?

---

14. O que o senhor (a) ganha é suficiente para o sustento da família?

( ) sim ( ) não

15. O senhor (a) participa de alguma organização dentro do assentamento? (associação ou cooperativa)

16. Qual o papel da associação para o senhor (a)?

17. O senhor (a) está bem representado (a) na associação ?

( ) sim ( ) não. Porque?

18. O senhor (a) já pensou em assumir a liderança da associação?

sim  não. Porque?

19. O senhor (a) participa de algum curso promovido pelos movimentos sociais (MST-CPT-FETAGRI, etc)?

sim  não . Porque ?

20. O senhor (a) é sindicalizado ?

sim  não. Porque ?

21. O senhor (a) acha que o sindicato defende seus interesses?

sim  não. Porque?

22. O senhor (a) está satisfeito (a) com as políticas públicas (ajuda governamental, repasses, financiamentos) para o homem no campo ?

sim  não. Porque?

23. O que o senhor (a) produz no lote?

24. Como o senhor (a) faz para inserir sua produção no mercado ?

25. Para o senhor (a) qual é o papel da Feira do Produtor Rural para a geração de renda de sua família ?

26. O senhor (a) tira renda somente da comercialização dos produtos inseridos na Feira do Produtor ou tem outra forma de remuneração?

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL****CURSO DE GEOGRAFIA****AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL –  
AGRAER****ACADÊMICA:** Solange da Silva**ORIENTADORA:** Ana Maria Soares de Oliveira

Nome: \_\_\_\_\_

1. A quanto tempo a AGRAER está inserida na cidade de Bonito/MS ?
2. Ha algum repasse por parte do governo federal para apoiar a agricultura familiar no município?
3. A AGRAER faz algum tipo de trabalho e orientação nos Assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus? Qual?
4. Qual o papel e/ou atuação da AGRAER junto a Feira do Produtor Rural de Bonito?

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL****CURSO DE GEOGRAFIA****SECRETARIA DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEPRODS****ACADÊMICA:** Solange da Silva**ORIENTADORA:** Ana Maria Soares de OliveiraNome:  

---

1. Qual a finalidade da secretária ?
2. Há algum repasse por parte do governo federal para apoiar a agricultura familiar no município?
3. Qual o envolvimento da secretária com os Assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus ?
4. Qual o papel e a participação da secretária junto à Feira do Produtor de Bonito?